



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 543 - DE 4 A 18 DE JUNHO DE 2017 - R\$ 4,00

Rechaçar as saídas burguesas para a crise

**Não à política de
colaboração de classes
das direções sindicais
e populares**

**Retomar a greve geral
para derrubar
as reformas antinacional
e antipopular**

**Abaixo o governo burguês,
golpista e corrupto de Temer
Por um governo operário
e camponês**

Perigos de uma grande negociata

Temer ainda sobrevive. Qualquer observador dos acontecimentos nos primeiros dias em que foram divulgados os áudios de Joesley Batista estava obrigado a reconhecer que o governo cairia. Esperava-se nas poucas horas que se seguiram à divulgação da notícia no jornal O Globo, pelo jornalista Lauro Jardim, a renúncia do presidente.

As evidências do comprometimento de Temer com a corrupção investigada pela Operação Lava Jato não deixavam dúvidas. Pouco antes, Lula havia prestado depoimento ao juiz Sérgio Moro, que procurava recriminá-lo apenas em base a delações verbais. Desta vez, o Ministério Público tinha em suas mãos uma gravação de Temer conversando com o empresário corruptor. Deveria, pela lógica da situação, concluir com o imediato afastamento do presidente. No entanto, a pronta reação do governo e das forças golpistas contrariou o desfecho lógico. Imperaram os altos motivos econômico-financeiros que gestaram o golpe institucional e que deram lugar ao governo de exceção.

As reformas antinacionais e antipopulares em curso não poderiam ser interrompidas pela crise de governabilidade. Evidenciou-se com mais detalhe a inter-relação entre o golpe e as necessidades do capital financeiro; entre o governo usurpador e o plano de destruição de antigas conquistas da classe operária. Temer e todo seu governo já estavam marcados pelas denúncias dos empresários, funcionários e politiquinhos delatores. Vários ministros caíram quase que imediatamente à sua posse. E vários outros permaneciam pendurados. A impopularidade do conspirador golpista se impôs desde as primeiras horas de seu governo. Tratava-se de um governo inteiramente assentado no capital financeiro e no imperialismo. Somente poderia governar contando com a desmobilização da classe operária e com a ampla desmoralização da oposição burguesa liderada pelo PT. Teria de se valer exclusivamente do Congresso Nacional que se tornou órgão do golpe, com a fração mais poderosa da burguesia e com a imprensa monopolista.

As revelações da JBS ampliaram a crise existente. No entanto, a burocracia sindical, o PT e seus aliados da frente popular haviam desarmado a continuidade da luta das massas depois da greve geral de 28 de abril. Deram uma trégua ao governo e ao Congresso Nacional que freneticamente encaminharam as reformas da previdência e trabalhista. A burocracia marcou a manifestação em Brasília para 24 de maio,

portanto quase um mês depois da greve geral. No dia 17, explodiu a bomba da JBS. Acontecimento que potenciou a marcha a Brasília. No entanto, após a brutal repressão e a decretação do estado de exceção, o movimento foi desmontado, com a promessa de uma nova greve geral para final de junho. Mais uma vez, o desarme do combate às reformas serviram para Temer se recuperar do estrondo, tomar um fôlego e organizar a reação em defesa de seu governo.

É evidente a traição da burocracia sindical, do PT e da Frente Brasil Popular à luta contra a ditadura civil e às reformas reacionárias. O interregno dado ao governo, ao Congresso Nacional e à burguesia

depois da greve geral quebrou o impulso dado pela classe operária. A solução da crise política continuou nas mãos da burguesia, seus partidos e instituições estatais.

O proletariado e as massas começavam a estabelecer um curso de independência política, por meio do qual se possibilitava derrubar as reformas e com elas o governo golpista. Os explorados perderam a grande oportunidade para golpear firmemente o governo cambaleante, graças à traição da burocracia, dos reformistas e estalinistas.

Agora, estamos diante do perigo de uma grande negociata. Se Temer se mantém, os golpistas avançarão as reformas. Se Temer não se sustenta, as forças golpistas já têm preparada a sua substituição por um representante que esteve no golpe e que tocará para frente as reformas. A possibilidade de se convocar a eleição direta é a menos provável. O PT e aliados apresentam essa saída à burguesia como a melhor para legitimar um novo governo, passar a borracha no golpe e negociar as reformas. Dá em troca o desarme do combate grevista.

Agora, estamos diante do perigo de uma grande negociata. Se Temer se mantém, os golpistas avançarão as reformas. Se Temer não se sustenta, as forças golpistas já têm preparada a sua substituição por um representante que esteve no golpe e que tocará para frente as reformas. A possibilidade de se convocar a eleição direta é a menos provável. O PT e aliados apresentam essa saída à burguesia como a melhor para legitimar um novo governo, passar a borracha no golpe e negociar as reformas. Dá em troca o desarme do combate grevista. E se a via indireta se impor definitivamente, o PT tanto pode boicotar passivamente em nome da legitimidade, como dar uma virada e participar das negociatas. Em ambos os casos, continuará sacrificando a luta pela derrubada integral das reformas.

É necessário alertar os explorados e sua vanguarda dos perigos de uma grande negociata. Levantar alto as bandeiras contra as reformas, o governo burguês e o imperialismo. Trabalhar pelo retorno imediato à greve geral, mais bem organizada, mais duradoura e mais potente. Trabalhar pela convocação das assembleias sindicais e populares. Trabalhar por organizar os comitês de base, unitários e de frente única sindical e anti-imperialista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

É preciso uma clara definição dos novos passos da luta contra o governo golpista e suas reformas

Nessa semana, as centrais sindicais se reuniram para fazer uma avaliação da marcha a Brasília e definir os novos passos. Os informes da CUT, Força Sindical e CSP-Conlutas são genéricos, o que revelam a indefinição da reunião. A CUT disse que foi indicada uma nova greve geral e como referência anunciou o período de 26 a 30 de junho. A CSP-Conlutas fala que a única resolução foi a decisão da nova greve geral. Enquanto que as demais centrais dizem que a reunião de 5 de junho é que definirá a greve. Nas discussões, o que prevaleceu é que não seria possível uma greve geral de 48 horas, conforme defendido pela Conlutas. No entanto, havia um acordo de que as mobilizações de “pressão aos deputados” devem continuar, bem como a bandeira do “Fora Temer”. A reunião encerrou marcando outra.

A nota da Força Sindical, em tom eufórico, diz é preciso aproveitar o ritmo das vitórias de 15 de março, da greve geral de 28 de abril e da marcha a Brasília de 24 de maio para fazer uma nova greve em “defesa da democracia, da soberania nacional e das conquistas históricas da classe trabalhadora”. Reprova Temer e o Congresso Nacional de insistirem na aprovação das reformas. E conclui: “É greve neles, por Nenhum Direito a Menos e Diretas, Já!”

O Comunicado da CUT enfatiza que a data exata da greve deve acompanhar o calendário das reformas no Congresso Nacional. Explica que é preciso impedir a tramitação das reformas no Congresso. Também defende o “Fora Temer” e “Eleições diretas”.

A CSP-Conlutas, depois de afirmar que “uma nova greve geral no período de 26 a 30 de junho é a principal resolução”, diz que ainda não há uma data exata e que isso ficou para a próxima reunião. Destaca que as centrais mantêm a bandeira unitária do “Fora Temer”. Lamenta que as centrais não aceitaram a greve por 48 horas. E informa que “uma comissão estará no Senado para pressionar os parlamentares para que arquivem os projetos”.

Como se vê, as notas das centrais mostram que não há uma firme decisão de derrubar e enterrar as reformas da previdência e trabalhista. O que há de comum é a pressão ao Congresso Nacional, os lobbies aos gabinetes. Isso na tentativa de convencer os parlamentares a encontrarem uma saída negociada. Não se trata de derrubar o governo golpista lambuzado de corrupção pela ação direta das massas, mas sim pela convocação de eleições diretas. Essas burocracias sindicais criam ilusões de que essa política pode trazer vantagens para os trabalhadores.

Os operários que fizeram a greve geral de 28 de abril se mostram dispostos a lutar, embora uma parcela tenha reclamado de que o “sindicato” não foi à porta da fábrica e que tiveram dois dias de descontos. Mesmo assim, segue grande o sentimento de rejeição ao governo e às reformas.

O grave é que as burocracias sindicais depois da greve geral desmontaram o movimento, reaparecendo um mês após com

a marcha a Brasília. Agora, dão mais um mês para uma indefinida greve geral. Esse ziguezague só favorece a decisão de Meirelles e da burguesia de impor as reformas, independentemente dos escândalos de corrupção envolvendo o golpista Temer e os parlamentares.

Burocracias dizem que a nova greve deve ser maior que a de 28 de abril

Sem definir a data da greve, burocratas fazem apologia de uma grande greve. Mas tudo a depender da tramitação das reformas no Congresso Nacional. A greve geral comparece como acessório. O principal continua sendo a pressão parlamentar. Não tomam a greve geral como um poderoso instrumento para derrubar o governo golpista e suas reformas. A política da burocracia sindical é a da defesa da democracia burguesa e, portanto, o campo de ação é o Parlamento. Está, assim, em contradição com o campo próprio dos explorados, que é o da ação direta.

Uma verdadeira greve geral para enterrar as reformas e o governo golpista

De fato, é preciso de uma portentosa greve geral. Se a classe operária e demais explorados não se colocarem em pé de guerra contra o governo e suas reformas, não têm como quebrar tamanha ofensiva. Não será de um dia, ou de 48 horas. Terá de ter como objetivo potenciá-la para alcançar o patamar da greve geral por tempo indeterminado. A burguesia e seu governo só recuarão com a paralisação da produção e manifestações diárias por todo o país. Se as condições organizativas ainda não permitem uma greve por tempo indeterminado, é dever das direções sindicais trabalharem insistentemente para materializá-la. E não a rejeitar, porque estarão rejeitando a via segura para pôr abaixo as reformas e o governo golpista e corrupto.

É necessário, portanto, tomar as seguintes medidas:

1. Que os sindicatos convoquem assembleias nas fábricas, nas garagens dos transportes coletivos, em outros locais de trabalho e constituam os organismos de base, os comitês de luta;
2. Que sejam convocadas plenárias sindicais e populares unitárias para impulsionar a paralisação;
3. Que haja intensa agitação e propaganda das reivindicações e da greve geral junto aos operários e demais trabalhadores;
4. Que o movimento popular e os estudantes se integrem aos comitês de luta;
5. Que o MST e demais movimentos pela terra preparem desde já as marchas, visando aos bloqueios de rodovias e pedágios;
6. Que de fato se constitua uma frente única de ação para derrubar e enterrar as reformas da previdência e trabalhista.

Manobras parlamentares não derrubam a reforma trabalhista

O PT, PCdoB e aliados fizeram um escarécú para impedir a leitura do relatório do senador peessedebista Ricardo Ferraço, favorável à reforma trabalhista, que recebeu o nome de PL 38/2017. Nesta terça-feira, um acordo entre oposicionistas e governistas resultou no adiamento da votação do relatório para o dia 6 de junho. Inúmeras emendas foram apresentadas, bem como artimanhas de pedido regimental. Como se vê, manobras e mais manobras objetivam tão somente adiar a aprovação da reforma. Nesse jogo parlamentar, o PT e aliados estão escolados. No entanto, por essa via a reforma não será rejeitada. O governo tem maioria no Senado e espera o momento para dar o veredito final.

Enquanto isso, a CUT e aliados aprovaram como ação o aumento da pressão aos senadores em seus estados, em locais públicos, como os aeroportos, etc. para que mudem os votos. Na nota da central, o presidente disse “Nossa pressão tem de ser constante e ainda maior porque temos de barrar esse projeto do ilegítimo e corrupto Temer, que deu um golpe para destruir as conquistas da classe trabalhadora”. Com o lápis na mão, a CUT diz que faltam apenas três votos. E insiste que assim é possível reverter em favor dos trabalhadores.

No Senado, as manobras não param. O PT por meio do sena-

dor Paulo Paim acerta encontro com o corrupto Renan Calheiros e pede ajuda de um representante das centrais para mapear os votos. Por sua vez, o relator governista, depois de rejeitar as emendas, aceitou pedir a Temer o veto de seis pontos, visando a que a reforma não retorne à Câmara de Deputados. Esses pontos apareceriam depois por meio de Medida Provisória. São eles: o trabalho intermitente, comissão de representantes dos trabalhadores, serviço extraordinário da mulher, gestante e lactante em locais insalubres, acordo individual para a jornada de 12 por 36 horas e intervalo intrajornada de no mínimo 30 minutos.

Depois dos arranjos, o governo cantou vitória com o adiamento para a próxima semana. Os oposicionistas caçam senadores e contam os votos. Essa trama, como dissemos, não derrubará a reforma. O jogo parlamentar é o campo próprio da burguesia e seus representantes. O campo dos trabalhadores é o da ação direta. Lembremos que não há nenhuma mobilização de massa para a próxima semana. A promessa de greve geral é para o final de junho. Também não podemos esquecer de que as reformas trabalhista e previdenciária são exigências do capital financeiro e servem para avalizar o pagamento dos juros da dívida pública.

A quem e a que serve o escárnio do País

Temer, ministros, camarilhas do PMDB, PSDB e DEM decidiram pela farsa. Não se trata, porém, de uma defesa opcional diante das gravações de Joesley Batista, da JBS. É tão evidente o crime de responsabilidade presidencial que não há outra via de se colocar como vítima a não ser montando uma peça farsesca. Depois de decidir que não haveria renúncia, somente restou a Temer acionar seus peões na cadeia de poder para inventar a historietta de que caiu em uma armadilha acionada às 23 horas, do dia 7 de março, por um empresário meliante, em um encontro nas dependências do governo.

No segundo pronunciamento, Temer descarregou uma avalanche de estrume sobre os irmãos Batista e compareceu como se estivesse banhado por um mar de rosas. A população deveria ser convencida de que os donos da poderosa JBS se saíram muito bem em sua delação premiada. Para isso pagaram à benevolência do Ministério Público com uma enxurrada de lama a ser lançada sobre um governo que começara a tirar o País da crise, a trazer empregos e a traçar um horizonte de prosperidade. Ele, Temer, portanto, estava disposto em nome do Brasil, a enfrentar a conspiração e defender seu honrado nome.

Não faltaram, logo nas primeiras horas da denúncia, as caras lavadas de Eliseu Padilha e de Moreira Franco, ambos implicados nas investigações da Lava Jato, para acusar os delatores de Temer de falsificação. O Palácio do Planalto armou uma reação nas hostes das forças que derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Não bastava desqualificar os empresários delatores com adjetivações e com a imputação de que contaram com a complacência do Ministério Público. Era preciso desqualificar as provas gravadas e divulgadas nas telas das televisões.

Temer recorreu ao escritório do famoso advogado Antonio

Claudio Mariz e este contratou o imperturbável perito Ricardo Molina para mostrar que a fita do áudio foi manipulada. Indagado sobre quanto recebeu, mandou o jornalista perguntar no escritório de Mariz. A Folha de São Paulo, por sua vez, serviu de porta-voz à sagaz descoberta de uma montagem fraudulenta do áudio. Agora, Temer não apenas usava a arma do escracho ao procurador-geral Rodrigo Janot, por ter deixado livre os donos da JBS, como também a do estandarte da inocência. Estava de posse de uma comprovação de que seu governo era vítima de uma conspiração.

Um das versões divulgadas pelo advogado Gustavo Guedes é de que havia 70 pontos na gravação suspeitos de interferência. A do perito Molina é de que identificou “seis pontos de possível edição”. Não houve nenhuma conclusão definitiva. Mas Temer, em seu discurso, procurou colar na consciência nacional a certeza de que foi incauto e que assim acabou servindo de boi de piranha aos bandidos da JBS.

A atitude inicial do governo foi a de pedir a suspensão do inquérito no Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que as provas foram adulteradas e que precisavam passar pela perícia. O procurador Geral da República, Rodrigo Janot, se colocou pela perícia da Polícia Federal, mas alegou que não era necessário suspender o inquérito. O plenário do STF iria julgar a petição de Temer na quarta-feira, 24 de maio. Sabendo que seria derrotado, Temer recuou. Decisão que aliviou os ministros do STF, segundo interpretação da imprensa. O que nos parece verossímil, tamanho o compromisso da Corte com o golpe institucional que acabou com o governo petista.

A batalha daqui para frente se centra na anulação das provas. A questão é saber se o STF avalizará o teatro farsesco regido por

Temer, Padilha e Franco. O governo que devia ter caído obteve um sopro de fôlego. A reação contou com uma importante parcela dos golpistas, que saíram no Congresso Nacional e na imprensa a defender o presidente, apesar das provas incontestáveis.

Ocorre que o País está diante de uma grande pressão para que as reformas antinacional e antipopular sigam a qualquer custo. Não importa à burguesia o tamanho do escândalo. Não importa que Temer tenha sido flagrado pelo próprio corruptor Joesley Batista. Não importa que o poderoso empresário tenha revelado como se compra as autoridades da República. O que importa é que as reformas têm que ser implantadas por esse governo, porque esse governo nasceu de um golpe para essa tarefa.

As justificativas de Temer são tão fictícias que uma delas não passa de uma invenção de quem não sabe como explicar o fato de ter recebido Joesley Batista na calada da noite – uma presença que não era para ser registrada –, na residência presidencial. Disse que foi para tratar da “Operação Carne Fraca”. As datas, porém, são incompatíveis. O encontro com Joesley foi antes da Operação. A não ser que o presidente e o empresário tivessem conhecimento antecipado do que iria acontecer dias depois da confabulação noturna. O que não é impossível. Diante da mentira, um porta-voz do governo calidamente veio a público dizer que Temer se enganou. Quanta desfaçatez diante da população, que vem pagando com demissões, desemprego e miséria a crise do capitalismo.

Tomada de conjunto, a Operação Lava Jato expôs o funcionamento quadrilheiro da política burguesa. Os personagens têm face, personalidade e caráter para todas as situações. Moldam facilmente suas fisionomias.

O episódio da mala de dinheiro entregue ao deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB) acabou virando comédia. Trouxe à lembrança o dinheiro escondido na cueca por um membro do PT. Mas foi muito mais representativo da miséria da política burguesa. Loures foi afastado do posto de parlamentar pelo ministro Fachin, retornou tranquilamente de sua viagem, foi à polícia entregar a mala e logo em seguida teve de completar os trinta e cinco mil que havia surrupiado. Loures é homem de confiança de Temer, faz parte da quadrilha do PMDB e estava incumbido de cumprir as tratativas de Joesley com o presidente da República.

A lógica do absurdo é tão naturalizada que o senador Romero Jucá, que foi obrigado a deixar o posto de ministro por estar sob a acusação da Lava Jato, proclamou que quer a “verdade” e que o restante cabe à justiça. A verdade para esse chefe do PMDB é que Temer é vítima e que o real e único bandido é Joesley. Jucá, lembremos de passagem, foi um dos chefes da conspiração que montou o impeachment e que deixou transparecer que a defenestração do governo petista era a condição para pôr fim à Operação Lava Jato.

O senador e agora presidente do PSDB, Tasso Jereissati, saiu em defesa de Temer, arvorando-se em arauto da ordem e adversário de “uma aventura”. Sucedeu o senador Aécio Neves, que teve a máscara de vítima das delações arrancada sem atenuante, como foi a de Temer. A “aventura” a que se refere diz respeito ao pleito do PT e aliados de convocação de eleições presidenciais. O partido de Aécio Neves (PSDB) – juntamente com o partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM) – pretende assumir pela via indireta o governo, caso não seja possível manter Temer na condução do Estado. Aos olhos do País, PSDB e DEM negociam com o PMDB a saída honrosa de Temer e a transi-

ção do poder sem que altere o curso das reformas. Contam para isso, com o Judiciário. O Congresso Nacional está alinhado com essa solução.

Surpreendentemente, a Globo assumiu as denúncias feitas pelos irmãos Batista e suscitou a renúncia do presidente. O jornal O Estado de São Paulo, distintamente, tomou as dores de Temer, qualificando os donos da Friboi de partícipe de uma “laia”. Não precisou da esperada perícia para concluir taxativamente que “das palavras ouvidas não comprovou a alegada anuência presidencial” sobre a compra do silêncio de Eduardo Cunha. Sem pronunciar o nome do jornal O Globo, cobrou responsabilidade por ter avalizado a acusação de Joesley. E conclui denunciando o “subjetivismo” do procurador Rodrigo Janot. Como não é possível negar a própria conversa na calada da noite, o editorial refere-se ao fato como uma conversa “bastante constrangedora”. É por esse tipo de expediente que se pretende manter Temer à frente do governo.

Diante das imputações da Lava Jato contra o PT, a imprensa monopolista impulsionou a campanha, eschachou, utilizou fartamente dos vazamentos e agigantou a onda das denúncias. Como a desgraça, agora, atingiu dois dos chefes do golpe, Michel Temer e Aécio Neves, os abutres atacam o Ministério Público e os vazamentos.

O País está diante de um baita escárnio. Escárnio de Temer. Escárnio do PMDB, PSDB e DEM. Escárnio do Congresso Nacional. Escárnio da imprensa.

O acinte e o desrespeito à inteligência da população não se passam sem fortes motivos. Expressam a decomposição da burguesia, de seus partidos e de suas instituições. Mas se expressam sobre a base de interesses materiais claros e precisos. As diretrizes e as reformas do governo golpista devem ser levadas adiante custe o que custar. Há um vínculo indissolúvel entre o governo nascido da derrubada do governo Dilma e as reformas antinacionais e antipopulares.

O Congresso Nacional, o Ministério Público, o Judiciário, a imprensa monopolista e as organizações empresariais são responsáveis pelo golpe institucional. Cada uma dessas instâncias do Estado e da burguesia convergiu para a realização do impeachment, que cassou por cima da população o mandato de um presidente eleito. Na base desse processo, estiveram as investigações da Lava Jato, que apontaram o PT e seu governo como quadrilheiros. Sabia-se, porém, que não se tratava de apenas uma quadrilha.

O PMDB, PSDB e DEM – os três partidos históricos da burguesia – compõem a base de toda a relação com os grupos econômicos. As revelações da Odebrecht foram suficientes para se ter esse quadro. Os irmãos Batista não fizeram senão apresentar provas de que Michel Temer e Aécio Neves, portanto, são chefes de quadrilhas, muito mais influentes que Lula e, portanto, que o PT.

Está à frente do Estado um presidente que se originou de um golpe e que teve sua real identidade moral revelada. O fundamental, no entanto, não está na promiscuidade do poder. A corrupção é inerente à sociedade mercantil e à política burguesa. Está em que foi utilizada como instrumento para derrubar um governo eleito e colocar em seu lugar um governo que faz parte do mesmo e amplo esquema criminoso de financiamento político.

O Congresso Nacional que cassou o governo petista está comprometido irremediavelmente com a venda e compra de

influência política entre partidos e empreiteiras, JBS, etc. Esse mesmo Congresso, agora, está empenhado em defender seu governo em desgraça. A sua tarefa foi a de acabar com um governo incapaz de promover as reformas antinacionais e antipopulares exigidas pelo capital financeiro e pelo imperialismo. E colocar em seu lugar um governo consequente com os objetivos estratégicos do grande capital.

Encontramos o conteúdo do escárnio nacional precisamente na linha que procura separar o governo enlameado das reformas tidas como salvadoras. A patacoada de que as reformas da previdência e trabalhista não pertencem ao governo, mas ao Brasil é própria de representantes da burguesia nacional em decomposição e serviçal do imperialismo. Essa falsificação objetiva ocultar tanto o conteúdo de classe da corrupção política quanto das medidas econômico-sociais armadas pelo governo golpista.

As reformas não pertencem ao Brasil, mas sim à burguesia que necessita de atacar a fundo as massas, para manter seus lucros e encontrar recursos para sustentar a gigantesca dívida pública parasitária. Para cumprir esse objetivo, recorreu-se a um golpe institucional e à constituição de uma ditadura civil. Sob a máscara da democracia, o governo e o Congresso Nacional se impõem à força, contra a vontade da maioria dos brasileiros, medidas que ampliam a desnacionalização, favorecem o capital

parasitário e golpeiam antigas conquistas da maioria oprimida.

Os explorados, evidentemente, não devem se prender e se orientar pelo escárnio do governo e do Congresso Nacional. Combater a corrupção burguesa é uma tarefa quixotesca. A luta da classe operária está posta claramente: derrubar e enterrar as reformas antinacionais e antipopulares, defender a previdência e os direitos trabalhistas, enfrentar as demissões e o desemprego e proteger os salários.

As manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 de abril mostraram o caminho a seguir. A massiva manifestação de 24 de maio, em Brasília, brutalmente reprimida, deve se converter em retomada da greve geral. Somente os explorados poderão rechaçar o escárnio burguês, por meio de suas reivindicações, organizações e métodos próprios. É fundamental, portanto, não se deixar levar pelo caminho das disputas interburguesas em torno de como se solucionará a crise política.

A principal tarefa é a de concentrar as forças coletivas da maioria oprimida pela derrubada das reformas e da política antinacional e antipopular armadas pelo governo golpista. É a partir dessa base que o proletariado poderá desenvolver sua política independente e formular suas posições de classe diante da crise econômica capitalista e da decomposição política da burguesia.

Perigoso cadáver insepulto

A reação do governo e de uma fração da burguesia contra as provas que incriminam o presidente da República conseguiu embaralhar a situação que parecia ser nítida. O ponto de partida foi o de desqualificar as gravações e voltar as denúncias contra os donos da JBS e o Ministério Público.

Em todo o processo da Operação Lava Jato, nenhuma das delações de empreiteiras, de burocratas e de políticos foi tão documentada e comprovada. Os irmãos Batista não apenas contaram as peripécias de compra de parlamentares, governadores e presidentes, como apresentaram provas vivas que incriminam irremediavelmente Michel Temer, Aécio Neves e Rodrigo Rocha Loures. De forma que servem de base para atestar a revelação geral de mais mil e oitocentos candidatos que comeram no mesmo coxo da JBS.

O PT, Lula, Dilma e Guido Mantega não poderiam escapar à tétrica narrativa dos empresários delatores. Mas a distinção está em que Joesley Batista entregou ao Ministério Público e à Polícia Federal as gravações sobre Temer, Aécio e Loures e estas foram parar nas mãos do jornal O Globo. A evidência de que Temer recebia propina, que usava Loures como interceptador, que comprava o silêncio de Eduardo Cunha e que agia no sentido de obstaculizar as investigações da Operação Lava Jato alvejou o governo golpista no cérebro. Mas na política burguesa os mortos podem se manter em pé e até mesmo ressuscitar.

O sopro de vida de Temer foi inspirado com a decisão das



O Congresso Nacional se colocou por dar pelo menos sobrevida a Temer. O PSDB, DEM e outros partidos aliados garantiram a posição do presidente de não renunciar e de desatar uma ofensiva contra supostos conspiradores encastelados no Ministério Público.

forças políticas que o sustentam de que deveria comunicar ao País que não renunciaria e que combateria a maquinação conspirativa daqueles que pretendiam derrubá-lo. Está aí o segredo que explica por que, diferentemente da natureza, o morto político pode continuar caminhando e fazendo seus estragos. Sua morte definitiva depende não de si próprio, mas das forças burguesas que amparam o cadáver insepulto. O Congresso Nacional se colocou por dar pelo menos sobrevida a Temer. O PSDB, DEM e outros partidos aliados garantiram a posição do presidente de não renunciar e de desatar uma ofensiva contra supostos conspiradores encastelados no Ministério Público. Uma parte importante da imprensa mono-

polista assumiu a tese de que os áudios foram adulterados e que não serviam, portanto, de provas. Mais do que isso, chegou-se a denunciar que é controversa a exegese de que Temer teria confabulado a compra do silêncio de Cunha. Em um piscar de olhos, o especialista Palhares deu um veredito contra as provas. O governo e sua base de sustentação exigiram uma perícia, sem a qual nada devia ser feito pelo Ministério Público e Supremo Tribunal Federal. A Polícia Federal tem pelo menos um mês para apresentar o laudo. Como uma pequena fração de tempo, Palhares provou a adulteração. E com esse breve tempo ganhou pelo menos um mês para que a campanha contra as provas se alastrasse. Chegou-se ao ponto do advogado, o Sr. Mariz, afirmar que Temer não tem obrigação de responder ao depoimento por

escrito enquanto não sair o exame pericial. De repente, o Ministério Público, em particular, Rodrigo Janot, foi colocado sob a suspeição de comprometer a governabilidade.

Nesse imbróglio, Temer exonera o recém-empossado ministro da Justiça, Osmar Serraglio, e coloca em seu lugar Torquato Jardim. Serraglio havia sido criticado por Aécio Neves de ser fraco e incapaz de controlar a Polícia Federal. Agora, foi nomeado um homem forte. O que quer dizer capaz de influenciar ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Sua biografia é de quem “tem bom trânsito” no Judiciário. A rede de boas relações e o compadrio são características da política burguesa.

O novo ministro tem pela frente duas tarefas de primeira ordem: 1) Controlar e disciplinar a Polícia Federal, desvinculando-a da influência do Ministério Público. Tudo fará para interferir no laudo da perícia dos áudios; 2) Pressionar para que o TSE não condene a chapa Dilma/Temer. E se condenar, se valer das manobras jurídicas e políticas para continuar ganhando tempo. Esses organismos do Estado são suscetíveis a todo tipo de manobra desde que interessem à burguesia e respondam à estratégia de seu poder de classe.

É sintomática a declaração de Temer, na posse do novo ministro da Justiça, de que “é preciso recuperar a institucionalidade do País”. O que quer dizer disciplinar e centralizar o Ministério Público e a Polícia Federal, de maneira a canalizar a Operação Lava Jato e concluí-la. Enquanto caçavam os petistas, estavam cumprindo sua missão constitucional, mas, quando atingiram o próprio governo do PMDB, PSDB e DEM, ultrapassaram os limites da lei e incorreram no abuso da autoridade.

É extraordinário que as instituições do Estado estejam em conflito – o Executivo com o Ministério Público, o Legislativo com o Judiciário e com o Ministério Público e este com o Supremo Tribunal Federal. A história da República foi a do Executivo centralizar e impor verticalmente a condução do Estado. A ditadura militar foi às últimas consequências na centralização autoritária. Seu esgotamento deu lugar a um processo de descentralização interna que avançou enormemente sob o governo do PT. Não

seria possível o processo do “mensalão” em situações anteriores. O que pareceu vigor da democracia, agora, revela que se trata da decomposição da política burguesa, exposta pela Operação Lava Jato. Não por acaso, vozes da reação advogam uma revisão geral da Constituição de 1988.

O golpe que derrubou Dilma Rousseff objetivava estreitar a bitola da Lava Jato, reduzir a projeção do Ministério Público e impor novas condições de centralização burocrático-autoritária. Mas já não era possível cumprir esse objetivo. As revelações eram grandes e estavam em estado avançado. A derrubada do governo do PT não fez senão impulsionar a crise política.

As massas não aceitaram Temer por sentirem que do golpe vinha o plano de ataque às condições de trabalho e de vida da maioria. A resistência operária e popular ganhou dimensão nacional e chegou à greve geral. Está claro que manter-se em pé não traz vida ao governo morto, ou talvez, mais precisamente, agonizante. Serve tão somente para garantir a continuidade das votações no Congresso Nacional das reformas pendentes.

De todo esse alto e baixo da crise política, o fundamental está em que a burocracia sindical, o PT e seus aliados desativaram o impulso dado pelas manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 de abril. Foi importante a marcha a Brasília em 24 de maio, por expressar massivamente a permanência das tendências de luta. Mas não deixou de contraditoriamente também expressar o desvio do combate para o campo da disputa interburguesa em torno da solução da crise política. A canalização do descontentamento dos explorados para o impeachment e convocação de eleições presidenciais subordina e põe à margem a tarefa de derubar e enterrar as reformas da previdência e trabalhista.

A burguesia acabará achando o caminho de superação da derrocada do governo golpista, caso o proletariado e a maioria oprimida não imponha pela força da luta de classes suas condições. O ponto de partida de suas condições é o de derrotar a política antinacional e antipopular de reformas. É preciso urgentemente que se retome o patamar alcançado pela greve geral e se dê um salto no movimento das massas, na sua organização independente e na defesa do programa revolucionário.

Temer tenta se firmar com base em 1% de crescimento do PIB

Diante do salto na crise política causado pelas delações da JBS contra si, Temer e seu ministro Meirelles procuram ressaltar o crescimento de 1% no PIB registrado no primeiro trimestre de 2017 para afirmar a necessidade de manter o governo e avançar nas suas reformas econômicas, especialmente na da previdência. O discurso governista é o de que a permanência de Temer é o único meio de obter a maioria parlamentar necessária à votação da reforma da previdência e que, sem ela, a tendência é a da economia voltar a mergulhar na recessão. Assim, ainda que a base parlamentar esteja em franca erosão, Temer aproveita a falta de alternativa de unidade burguesa e mantém a iniciativa política para se manter na presidência.

O que se esconde no índice de 1%

Pela primeira vez depois de 8 trimestres seguidos de recessão, apareceu um número positivo. Nem mesmo os economistas burgueses consideram que um índice de 1% num trimestre

tomado de forma isolada signifique a saída da recessão. Seu critério parte de pelo menos dois trimestres com números positivos seguidos. Mas, deixando a discussão formal de lado, é preciso destrinchar a composição desse 1% positivo no PIB.

O elemento mais divulgado e conhecido é o fato do trimestre englobar a supersafra agrícola, que cresceu mais de 13% no ano, com destaque para a soja e o milho, e o aumento da exportação e preços do petróleo e minério de ferro. Sem a agricultura, o crescimento do PIB estaria em torno de 0,2% (quase zero) e, sem a mineração, estaria negativo novamente.

A indústria caiu 3,1% em abril, o que anulou o crescimento de 2,4% em março e ainda o superou negativamente. As horas trabalhadas recuaram, o emprego e a massa salarial voltaram a cair, a capacidade instalada registrou maior ociosidade. As previsões são de mais estagnação no segundo trimestre.

A taxa de investimento registrou no trimestre a maior queda desde que começou a ser medida, em 2006. São 12 trimestres

seguidos de queda, e neste em particular a retração foi de 3,7%. Esse dado tem importância porque mede o nível de confiança do investidor, a perspectiva que se traça em relação ao lucro auferido quando se aplica o capital. Entre outros fatores, reflete a falta de compra de máquinas e equipamentos que sejam capazes de ampliar a capacidade produtiva da indústria. O cenário não foi pior por conta do crescimento da exportação de petróleo e minérios.

O consumo das famílias caiu 1,9% no período em relação a 2016. A queda no consumo é um elemento que impulsiona a recessão. Com menos vendas, as empresas produzem menos, demitem e reduzem salários, e esse processo se propaga por toda a economia, realimentando as tendências recessivas. Alguns economistas burgueses apontam que não será possível sair da recessão sem enfrentar as demissões e a retração do consumo.

1% é insignificante e sazonal

O que se conclui é que o governo lança mão de um índice positivo do PIB para tentar ganhar fôlego diante do nocaute político a que foi submetido pelas delações dos irmãos Barbosa. Mas esse índice é extremamente frágil, não reflete uma tendência a um impulso geral das forças produtivas, e, pior ainda, é sazonal. Isto porque se baseia num salto da agricultura e numa oscilação internacional de preços de commodities. A supersafra não se estenderá por mais tempo. Os preços inflados do petróleo e de minérios não têm base num crescimento global da economia mundial. Os capitalistas que possuem as informações mais detalhadas e precisas sobre a economia não se movimentam no sentido de aumentarem o investimento, ao contrário.

A recessão brasileira reflete no seu conteúdo as tendências recessivas da crise mundial iniciada em 2008 e que se alastra e propaga pelo mundo desde então, com suas oscilações, mas aprofundando a destruição de forças produtivas, em especial os empregos. Se por um breve período a economia nacional se manteve artificialmente em crescimento vegetativo em 2011-2013, isto foi feito com base em manobras de gigantesco subsídio estatal às grandes empresas, principalmente bancos e multinacionais. A ofensiva da operação Lava Jato contra as maiores empresas nacionais, dominantes em setores chave da economia como petroquímica, construção civil e alimentação, aprofundou as tendências gerais recessivas e mergulhou o país na retração econômica.

A saída conjuntural dos capitalistas para a crise de superprodução recai inevitavelmente em destruição em larga escala das forças produtivas e reconcentração de mercados e capitais. Esse processo ainda não se realizou a fundo no Brasil. Prosseguem as tendências recessivas e as necessidades burguesas de aumento da superexploração do trabalho, desnacionalização, quebras e entrega das riquezas nacionais (levando à maior subordinação do país ao capital financeiro internacional em todos os níveis).

Crise política e crise econômica

Nenhum regime político pode se manter estável sobre a base de uma economia em desagregação. Isso vale em geral (internacionalmente) e em particular (nacionalmente). No caso do Brasil, país capitalista atrasado, semicolonial, de economia combinada, com seu Estado oligárquico, a tendência de aprofundamento dos choques interburgueses ao redor das perspectivas e respostas à crise econômica impulsionam a crise política.

Sem dúvida, a crise política também interfere dialeticamente com a crise econômica, mas esta é o fator preponderante.

Se o primeiro trimestre ainda registrou o ínfimo crescimento de 1% do PIB, o qual mostramos acima ser “um ponto fora da curva”, o segundo trimestre tende a registrar um aprofundamento das tendências recessivas, com ou sem Temer na presidência.

Dias antes da denúncia das delações da JBS pelo jornal O Globo, Temer anunciava que não tinha o número suficiente de votos para a aprovação da reforma da previdência, que isso “não seria o fim do mundo” e que colocaria parte das medidas em vigor por meio de medida provisória (10/05). No final do mês, após a saída de algumas dezenas de deputados da chamada base aliada, voltou a confessar que não tem como alcançar os 308 votos para impor a reforma da previdência, que canalizará 280 bilhões de reais para o sustento do parasitismo financeiro sobre a dívida pública mesmo numa conjuntura recessiva da economia.

A saída de Temer certamente aprofundaria a crise política e praticamente adiaria a votação da reforma da previdência para o próximo governo. Sua permanência, porém, não garante que se possa alcançar o aumento da coesão da base aliada no Congresso, diante da deserção de parte dela em curso. A pretendida separação da votação das reformas da crise do governo Temer ainda não obteve êxito.

Com um crescimento maior ou menor das incertezas sobre o governo, a tendência é a de queda ainda maior no investimento, e com ela, maior pressão recessiva. Novos dados negativos sobre o segundo trimestre, por sua vez, alavancariam a crise política.

Somente a ação das massas sob a liderança do proletariado pode defender empregos, salários e direitos, e avançar para derrubar o governo e erguer um poder próprio dos explorados

O desenvolvimento da crise econômica só tende a aumentar a opressão sobre as massas, de forma a permitir ganhos artificiais aos capitalistas num quadro geral de crise recessiva. Nas mãos da burguesia e de seus partidos, governos e instituições, só haverá maior submissão do país, maior exploração do trabalho e mais miséria e barbárie contra a maioria oprimida. Não será nenhuma via institucional/parlamentar que abrirá caminho para a defesa das massas contra o aumento da opressão. Ao contrário, a via eleitoral, direta ou indireta, por meio das urnas agora ou por uma constituinte, serão elementos que permitirão uma maior reestruturação das forças burguesas ao redor de seu estado e uma maior coesão para efetivar seus ataques contra a vida da maioria oprimida.

Enfrentar o governo e os capitalistas hoje é organizar a greve geral por tempo indeterminado, contra as reformas antinacional e antipopular, a partir das bases e superando as direções conciliadoras ou abertamente traidoras. Essa é a forma de lutar concretamente pela derrubada de Temer com independência de classe e pela estratégia própria de poder dos explorados, pelo governo operário e camponês, a ser alcançado pela via da revolução proletária.

Manifestação da crise estrutural no Brasil Somente o proletariado pode responder com o programa revolucionário

Os explorados puseram-se em movimento contra as reformas da previdência e trabalhista. As manifestações de 15 de março, a greve geral de 28 de abril e o massivo protesto de 24 de maio em Brasília indicam o descontentamento geral da maioria explorada. Em particular, a greve geral marcou a presença da classe operária na luta. Trata-se ainda de um movimento de resistência aos ataques do governo golpista, do Congresso Nacional e da burguesia às condições de existência dos assalariados e das camadas oprimidas da pequena-burguesia.

As principais centrais – CUT e Força Sindical –, que estiveram divididas diante do impeachment de Dilma Rousseff, se viram obrigadas a se colocarem em frente única. Por cima, o governo golpista desconheceu suas direções; por baixo, os operários, setores da classe média, camponeses pobres e juventude pressionaram por resposta.

As reformas provocam retrocessos trabalhistas e previdenciários sem precedentes. De forma que correspondem a prementes necessidades do capital financeiro e do imperialismo. A ferocidade das medidas e a unidade burguesa em torno da bandeira de que as mudanças nas relações trabalhistas vigentes há mais de setenta anos são impostergáveis evidenciam a crise estrutural do capitalismo que é mundial e que se manifesta com determinadas particularidades no Brasil. Em sua base, encontram-se as contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as arcaicas relações de produção capitalista, entre as forças produtivas mundiais e as fronteiras nacionais.

Se se quer compreender em toda sua dimensão a crise política que levou à derrubada do governo de Dilma Rousseff e que ainda se projeta na desintegração do governo golpista de Michel Temer é preciso recorrer a tais contradições. A economia altamente monopolizada - marcada pela gigantesca concentração da propriedade privada dos meios de produção e das riquezas, bem como pelo domínio do capital financeiro e em grande medida submetida ao movimento internacional do capital - tem bloqueado as forças produtivas nacionais. O baixo crescimento, a estagnação e a recessão caracterizam a economia de capitalismo atrasado no Brasil. Suas potencialidades produtivas esbarram na direção monopolista comandada pelas multinacionais e pelo capital financeiro cujo parasitismo sangra as riquezas nacionais. A tendência geral de economia brasileira não é a de impulso as forças produtivas, mas a de contenção, de lentidão e de bloqueio.

É exemplar a ilusão criada pelos reformistas do PT e aliados estalinistas de que era possível um longo período de “desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda”. Ilusão que não se esgotou, mesmo com a recessão que golpeou o seu governo e que motivou o golpe institucional. É o que mostra o “Plano Popular de Emergência”, lançado pela Frente Brasil Popular após o impeachment, mais precisamente em maio de 2017. Repetem-se, com algumas variações adaptadas às circunstâncias, as mesmas teses que nortearam o PT em toda sua existência e que foram testadas nos treze anos de seu governo, cujo fracasso e impotência permitiram que a burguesia e seus partidos o jogassem para fora do comando do Estado.

Não é possível nem reformar o capitalismo de maneira a liber-

tar suas forças produtivas das cadeias monopolistas que as aprisionam, nem distribuir entre a burguesia e a maioria oprimida o peso da crise que esmaga o País. O reformismo insiste em desconhecer as leis econômicas e históricas do capitalismo da época imperialista. Oculta o caráter estrutural da crise e assim se adapta às manifestações de suas particularidades no Brasil, procurando uma solução que não atinge os monopólios e o domínio do capital financeiro. O encaminhamento da solução seria distribuir a crise entre as distintas classes sociais.

A frente política que quebrou a governabilidade do PT e removeu Dilma Rousseff pelo impeachment evidenciou sem meias tintas que havia chegado a hora de decidir sobre as reformas que vinham atravessando vários governos. No centro da crise, compareciam e comparecem a gigantesca dívida pública, a brutal carga de juros e amortizações e a necessidade de um enorme superávit primário. Na realidade, trata-se da ponta do iceberg. A recessão e retração das forças produtivas estão em sua base. Afetaram a capacidade do Tesouro Nacional de sustentar o parasitismo do capital financeiro. A reforma da previdência objetiva fundamentalmente aliviar os gastos da União. E a trabalhista, aliviar os capitalistas dos custos de produção da força de trabalho. De um lado e de outro, o plano do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, golpeia os explorados e protege os monopólios e financistas.

Os reformistas do PT e da Frente Brasil Popular retornam à tese do meio termo, em nome da defesa da economia nacional e das massas populares. No fundo do Plano Popular de Emergência, está o velho nacionalismo burguês. A chegada de Lula na presidência em 2003 galgada no voto dos explorados deu a oportunidade do PT pôr em prática seu reformismo e seu “governo democrático e popular”. Inevitavelmente, porém, submeteu-se aos ditames gerais dos monopólios e do capital financeiro.

A crise mundial atingiu o Brasil, quando Lula estava no segundo mandato. Suas respostas à “crise cíclica” vieram ao encontro do grande capital e das diretrizes do imperialismo. Dilma procurou se socorrer, em seguida, de medidas protecionistas limitadas, sem tocar em um fio de cabelo do capital financeiro e do poder dos monopólios. Desapareceram os extraordinários superávits primários do governo Lula e a dívida pública deu um salto à frente. O petismo chegava ao seu final, incapacitado e joelhado diante das forças oligárquicas pró-imperialista.

Observa-se que na base das contradições do capitalismo atrasado – de economia combinada – se encontram os condicionamentos do capital internacional. O que se expressa no topo da política burguesa, dos partidos e do funcionamento da democracia semicolonial. A dívida pública se ergue como um patrimônio do capital financeiro intocável. Alcançou 71,7% do Produto Interno Bruto. Nos cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI), 78,3%. Em termos absolutos, a dívida bruta se elevou para R\$ 4,55 trilhões. Juros e amortizações consomem 47% do Orçamento da União. É evidentemente uma poderosa trava ao desenvolvimento das forças produtivas internas.

Os reformistas, no entanto, voltam à bandeira de “auditoria e redução do serviço da dívida interna, juros compatíveis com crescimento e geração de empregos, lei antitruste do sistema finan-

ceiro e fortalecimento dos bancos públicos.” Assim, reconhecem a dívida e tão somente procuram aliviar seu peso. Quando o PT estava com a presidência da República, foi incapaz de atacar os interesses dos banqueiros, fundos e poderosos aplicadores. Lula se vangloriou dos superávits, de ter pago a dívida com o Banco Mundial e de permitir aos banqueiros e monopólios enorme lucratividade. Qualquer que seja a resposta que parta do reconhecimento da dívida está condicionada aos interesses do capital parasitário e dos monopólios. É, portanto, reflexo das diferenças interburguesas e da presença de aspirações pequeno-burguesas.

A resposta da classe operária é a de desconhecimento e não pagamento da dívida pública, de cessamento imediato do pagamento de juros e amortizações e de destinação dos recursos para o desenvolvimento das forças produtivas e solução das chagas sociais que atingem a maioria oprimida. A luta contra as reformas antinacionais e antipopulares exige a defesa do desconhecimento e não pagamento da dívida pública. Não se trata, porém, de uma bandeira isolada. Faz parte da defesa do programa e da estratégia revolucionária do proletariado. Assenta-se na tarefa de expropriar e estatizar o sistema financeiro e os monopólios, colocados sob o controle operário da produção.

O ataque das massas à cidadela do capital financeiro e do imperialismo somente é possível sob a estratégia própria de poder, em outras palavras, da luta pela conquista do poder do Estado e constituição do governo operário e camponês, forma governamental da ditadura do proletariado. Objetivamente, a desintegração econômica e a destruição maciça de forças produtivas (fechamento de postos de trabalho e agigantamento do desemprego) colocam respostas programáticas da revolução proletária. Colocam a necessidade de constituição da aliança operária e camponesa e da organização de uma poderosa frente única anti-imperialista. Eis por que o POR defende as reivindicações que opõem as massas ao governo burguês, golpista e corrupto de Temer sem desvinculá-las do programa e da estratégia. Propaganda e agita a bandeira de não pagamento da dívida pública, explicando às massas sua ligação com as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, bem com a lei da terceirização e medidas favoráveis aos latifundiários, à agroindústria e ao capital estrangeiro.

Os explorados começaram a dar os primeiros passos de enfrentamento à burguesia e ao seu governo com a greve geral de 28 de abril. Rompem com a camisa de força do corporativismo e com as travas da política de conciliação da burocracia sindical.

Por em pé um tribunal popular

Um dos questionamentos à delação dos donos da JBS é a de que o acordo com o Ministério Público resultou em privilégio. Os irmãos Batista se livraram da prisão, não passaram a usar tornozeleira eletrônica, foram liberados a morar nos Estados Unidos e pagaram uma multa de R\$ 225 milhões, considerada simbólica. O contrário, portanto, do rigor com que foram tratadas as construtoras, em particular, a Odebrecht. Finalmente, depois de tamanha pressão de Temer e de seus partidários, parece que o acordo de leniência custará R\$ 10,3 bilhões a serem pagos em 25 anos. O jornal O Estado de São Paulo, firme defensor de Temer, propaganda que as “irregularidades cometidas pela JBS podem resultar em multa de até R\$ 31 bilhões”. O valor de mercado da empresa é de R\$ 21 bilhões, segundo a mesma fonte. Em outros termos, se a investigação for a fundo, a JBS estaria quebrada.

As empreiteiras, tomando a questão de conjunto, sairão debilitadas. Não por acaso, em torno da leniência se criou um debate

No entanto, continuam sob a direção pró-capitalista, adaptada aos monopólios e ao capital financeiro. O movimento desencadeado pelas reformas antinacional e antipopular trouxe uma importante experiência. A burocracia, por meio das várias centrais, foi obrigada a recorrer às manifestações e à greve geral. Nota-se que a frente única se dá por meio dos aparatos, mas em sua base estão os explorados que buscam a unidade local, regional e nacional. As assembleias e os comitês se impuseram nos sindicatos mais importantes, ainda que sob a direção da burocracia. A vanguarda revolucionária teve, porém, como defender o método da ação direta, as bandeiras e a estratégia própria. Sem dúvida, enfrentou e enfrenta limitações burocráticas. A frente única classista, antiburocrática, e voltada à ação direta ganhou expressão no momento em que a classe operária assumiu a paralisação das fábricas, das construções, dos transportes, etc. O seu desenvolvimento implicará a ampliação do horizonte das reivindicações e da tática frentista. Está aí a importância da defesa de bandeiras que estão postas objetivamente, mas ainda não assimiladas pelos explorados. É o caso da posição revolucionária diante da dívida pública e do capital parasitário. O mesmo diz respeito à evolução da frente única classista de combate às reformas do governo para uma frente única anti-imperialista.

O choque da maioria oprimida com as medidas pró-capital financeiro e pró-imperialistas ainda se encontra no patamar das bandeiras contrárias às reformas. A burocracia manobra sujeitando o movimento às decisões do Congresso Nacional e às saídas burguesas da crise do governo golpista. É nesse terreno que a vanguarda marxista que trabalha pela construção do partido revolucionário parte da defesa intransigente das bandeiras que impulsionam a ação direta, a organização independente e unidade frentista, vinculando-as ao programa de expropriação dos monopólios e à estratégia de poder próprio do proletariado. No momento, o combate é pela retomada da greve geral em um patamar mais elevado para golpear, derrotar e enterrar as reformas do governo golpista. O que implica enfrentar os desvios da burocracia e do reformismo para a solução burguesa da crise de governabilidade.

A explicação para os explorados sobre a crise estrutural do capitalismo e do regime político, bem como o vínculo das bandeiras com o programa e a estratégia revolucionária, é fundamental para a evolução da organização independente do proletariado e elevação de sua consciência classista, anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

entre os agentes, porta-vozes e representantes da burguesia. Não faltaram argumentos de distintas posições políticas sobre o interesse do imperialismo e das multinacionais em aproveitar a crise para expandir seus negócios. É evidente que o setor de construção é atraente. Sabemos o quanto o imperialismo exige mudança nas leis que protegem as licitações e contratações de empresas pelo Estado. O índice de nacionalização das empresas de construção é significativo. Constitui, portanto, um ramo que sofre investida do capital externo. A expansão da Odebrecht para vários países incomodou os concorrentes pelo fato de contar com apoio do Estado e principalmente sob o governo do PT.

A JBS é um caso particular. Começou como um pequeno negócio e se tornou uma empresa de alcance internacional, com faturamento estimado em R\$ 170 bilhões. Por meio de aquisições, passou a ser uma potência da indústria processadora de carne e de alimentos. Instalou-se em 23 países. Os Estados Unidos contm

com um complexo da JBS. Esse poderio foi alcançado com apoio do Estado. Não por acaso, mais de 1800 deputados, senadores e governadores no Brasil estão na contabilidade dos irmãos Batista.

Como reação dos golpistas no Congresso Nacional em defesa de Temer, montou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) à JBS durante os governos de Lula e Dilma.

É necessário lembrar a leniência envolvendo o cartel da Siemens e Alston, que envolveu 12 multinacionais, entre elas a Bombardier e a Mitsui, no caso do metroferroviário de São Paulo e do sistema elétrico nacional. A corrupção caminhou solta nos governos do PSDB (Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra). Não foi feita uma investigação a fundo. Com pouco dinheiro, o caso foi abafado e os politiquinhos do PSDB saíram ilesos. De fato, a rede de corrupção é ampla, percorre todo o sistema estatal. As multinacionais, porém, estão livres da devassa que atingiu as empresas nacionais que caíram nas malhas da Operação Lava Jato.

O fabuloso montante de recurso destinado a comprar partidos, parlamentares, autoridades e funcionários indica a importância decisiva para as portentosas empresas nacionais agigantarem seus negócios. As multinacionais, por sua vez, penetram no País com seus capitais e também compram governos para auferirem altos lucros. Não correm o risco de se quebrarem quando descobertas suas falcatruas. Seu poder passa por cima do Estado semicolonial. As empreiteiras estão pagando um custo superior. Exige-se que o mesmo se passe com a JBS. Exigência essa que resulta das disputas interburguesas, que acabarão favorecendo as multinacionais. De qualquer maneira, existe a leniência como saída. Não há dúvida de que no final das contas o Tesouro Nacional continuará perdendo.

Não entra nessa conta o quanto se exploraram os trabalhadores. Mas sabemos que os operários da construção civil e da indústria de carne são profundamente sacrificados pelos baixos salários e pelas condições de trabalho. Esse deve ser o ponto de partida para tratar da questão. À burguesia e suas instituições, o quanto os empresários lucraram com a superexploração da força de trabalho não importa.

Os sindicatos e as centrais sindicais deveriam rechaçar as posições burguesas sobre a corrupção e desenvolver no seio dos explorados uma posição própria, proletária. Se assim o fizessem, concluiriam que nenhum governo e nenhuma instituição do Estado irá até o fim nas investigações de toda a cadeia de parasitismo empresarial. Está absolutamente claro que os partidos e os governos estão enredados em seus meandros. Lembremos aqui

uma conclusão de Engels, de dezembro de 1892, referindo-se à corrupção como inerente ao capitalismo: “...Uma república burguesa é uma república de homens de negócios capitalistas em que a política é tão somente uma operação de negócios como qualquer outra” (Carta de Engels a Sorge). Entre inúmeros exemplos, cita o suborno de “cerca de 150 deputados e senadores” pela “Banca Romana” para impulsionar os negócios no Panamá. Como se vê, a corrupção como parte dos negócios da burguesia comparece há muito nas repúblicas burguesas. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob a égide dos monopólios, potenciou o parasitismo de poderosos grupos econômicos.

A bandeira de estatização sem indenização das empresas envolvidas na corrupção é correta e necessária. Mas é preciso vinculá-la ao programa de expropriação geral dos monopólios e do capital financeiro. Parte das esquerdas que se reivindicam do socialismo levanta a bandeira da estatização, mas não diz que classe e que poder realizarão essa tarefa. Diante dos acordos burgueses, coloca-se a resposta proletária “Não à leniência, estatização sem indenização, controle operário da produção!”. Como dissemos, deve estar vinculada à luta pela estatização e à implantação do controle operário geral da produção. Essa posição e luta programática exige clareza na defesa da estratégia do governo operário e camponês. É necessário desenvolvê-la junto aos explorados ampla e firmemente.

A crise burguesa tem permitido mostrar, propagandear e agitar a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para apurar os crimes da burguesia, de seus partidos e de seus governos. Mas aqueles que levantam a bandeira de estatização das empresas envolvidas em corrupção se negam a lutar para que os explorados tomem em suas próprias mãos os grandes problemas. Correm atrás das eleições gerais, por onde a burguesia reestruturará a governabilidade e porá uma pá de cal nas investigações, na Lava Jato e no atrevimento do Ministério Público.

As bandeiras que levantam as massas na situação dizem respeito às reformas reacionárias do governo golpista. É a partir delas e com elas que desenvolvemos as demais bandeiras, o programa e a estratégia revolucionária. O movimento que desembocou na greve geral e nas manifestações frentistas, unitárias, criou as condições para convocar as assembleias sindicais e populares e formar os comitês de base. É por meio desse combate que as massas entenderão a necessidade de pôr em pé um Tribunal Popular. Esse organismo próprio julgará os crimes da burguesia e determinará as punições, entre elas a estatização sem indenização dos monopólios que parasitam o Estado.

Manifesto Distribuído na marcha a Brasília de 24 de maio

A luta é pela derrubada de todas as reformas

A orientação estratégica da burguesia é a de separar o governo Temer das reformas. As vozes apontam para a preservação dos ministros da área econômica. Dizem que as reformas são do Brasil e não do governo. O temor dos capitalistas é que se atrase o calendário de votação no Congresso Nacional. A crise de governo pode resultar no afastamento ou na renúncia de Temer. Um novo governo virá, se assim ocorrer, seja pela via indireta, seja pela convocação da eleição presidencial.

A questão do poder se coloca assim porque a classe operária não tem como marchar por trás de sua estratégia própria de poder. A ausência de um poderoso partido revolucionário não permite

a luta dos explorados no campo da independência de classe. Estamos diante da crise histórica de direção revolucionária. O que facilita às forças burguesas mancomunarem uma solução que não apenas preserve a governabilidade como também o programa anti-nacional e antipopular estabelecido no governo golpista de Temer. Negocia-se nos bastidores e a imprensa monopolista apresenta as alternativas para a situação. No pior dos casos, deve-se preservar o curso das reformas.

A oposição liderada pelo PT viu sua bandeira de eleições presidenciais ser içada ao alto. Quase toda esquerda se perfilou por trás dessa resposta. Discute-se a abertura do processo de impeachment,

cassação do mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral e renúncia.

Temer diz que não cometeu crime algum e que permanecerá no poder. Taxou as gravações de clandestinas. Prometeu se defender no Supremo Tribunal Federal. Exigiu rápidas investigações sobre as denúncias. Concluiu negando a renúncia. Enalteceu seu programa de reformas. Recorreu à melhoria da economia. Tudo indica que essa resistência está de acordo com o objetivo de manter na condução do desdobramento da crise as forças que promoveram o golpe.

Temer perdeu a condição de governar. Deve, porém, se deixar o poder, fazê-lo de forma combinada e planejada pela coligação PMDB, PSDB, DEM e demais aliados. Já está em andamento uma reação de setores ligados ao capital financeiro para que não se rompa o programa econômico traçado pelo governo golpista. O pronunciamento de Temer, na tarde do dia 18 de maio, animou não poucas vozes a defenderem a manutenção da governabilidade em razão das reformas.

A hecatombe se precipitou sem que os explorados estivessem organizados para a luta contra as reformas. A burocracia sindical, o PT e aliados desativaram o impulso das massas depois da greve geral de 28 de abril. Foi um gesto destinado a convencer o Congresso Nacional a negociar com as centrais os projetos de reformas da previdência e trabalhista. Deram uma trégua a Temer, que lançou uma campanha em torno da recuperação econômica e dos feitos supostamente benéficos da política de seu governo. A crise das gravações da JBS pegou os explorados desmobilizados. Não há dúvida de que se a greve geral tivesse sido um marco para o avanço rumo a uma greve geral por tempo indeterminado, Temer se veria diante das massas.

O movimento nacional contra as reformas está na base da luta contra o governo golpista, o Congresso Nacional e a burguesia. A bandeira de eleições presidenciais é apenas uma das variantes da

situação. Tem servido ao PT e aliados para se reerguer como oposição burguesa. Os golpistas não trilharão esse caminho, a não ser que sejam forçados pelas massas. É bem possível que procurarão pôr outra figura na presidência pela via da sucessão indireta. Os opositoristas terão de recorrer aos explorados se quiserem potenciar a bandeira de eleições. A burguesia está pela solução que menos prejudique o andamento das reformas.

O perigo da campanha oposicionista está em que não se apoie no rechaço das massas às reformas da previdência e trabalhista e desviem a atenção para a solução burguesa da crise de governabilidade. A vanguarda tem de ter o cuidado de não se prender na armadilha das eleições. Tem o dever de levantar o programa, as reivindicações e a estratégia de poder da classe operária. É preciso ter claro que estamos diante da crise de direção revolucionária. A esquerda que ainda se reivindica do marxismo, mas que está profundamente comprometida com o revisionismo oportunista, se nega a defender a estratégia de poder do proletariado. Fazem das eleições gerais uma panaceia para responder à crise de governabilidade. Ao contrário, é preciso vincular as bandeiras de “Abaixo as reformas” e “Abaixo Temer” à estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura de classe do proletariado. Esse é o momento de os explorados se encontrarem com a estratégia revolucionária e rechaçarem a estratégia burguesa de solução da crise política.

A situação é propícia para que os explorados ergam seus organismos de base e de massa. Convocar assembleias. Formar os comitês locais, regionais e nacionais. Organizar as manifestações sincronizadas. Retomar a greve geral em um patamar mais elevado. Pôr no alto as bandeiras: “Abaixo as reformas da previdência e trabalhista”, “Revogar a Lei da Terceirização”, “Abaixo o governo burguês, golpista, corrupto, antinacional e antipopular de Temer”, “Por um governo operário e camponês”.

Temer recorre às Forças Armadas

Sabia-se que a manifestação de 24 de maio, em Brasília, seria reprimida, não importando se fosse mais ou menos pacífica. Mas não estava previsto que o governo utilizasse a ação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Essa medida equivale ao estado de sítio. Coloca a repressão nas mãos das Forças Armadas e suspende as garantias democráticas.

O ministro da Defesa Raul Jungmann e o do Gabinete de Segurança Institucional general Sérgio Etchegoyen anunciaram o decreto presidencial sob a justificativa de conter a “baderna e o descontrole”. Informaram que a medida foi requisitada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Diante dos protestos dos deputados da oposição, Maia foi obrigado a explicar sua conduta. Respondeu que solicitou o uso da Força Nacional de Segurança Pública e nada mais. A desculpa esfarrapada de Jungmann e Etchegoyen foi a de que não havia efetivo suficiente em Brasília e que a solução foi recorrer às Forças Armadas.

A manifestação organizada pelas centrais sindicais não objetivava confrontar o aparato policial. A burocracia dirigente interveio contra a ação dos Black Blocs. É sabido que há infiltração de provocadores da polícia. A regra tem sido a de em todas as manifestações coletivas a tropa de choque intervir violentamente.

Jungmann e Etchegoyen sabiam perfeitamente que Brasília seria tomada por passeatas, concentrações e protestos. A marcha ao Planalto foi convocada antes da divulgação das denúncias de Joesley da JBS. O objetivo central era o de pressionar o Congresso Nacional a não aprovar as reformas. Com as revelações do

empresário, potencializou a bandeira de “Fora Temer” e “Eleições Diretas, Já”, do PT e aliados.

Temer se acha pressionado a deixar a presidência e se agarra às reformas da previdência e trabalhista como autodefesa. Apresenta sua política econômica e seu quadro de ministros econômicos como salvação nacional. De forma que resiste com todas as forças que ainda lhe restam para preservar-se na direção do Estado.

Desde que assumiu o governo, Temer passou a reorganizar os órgãos de segurança. O ponto de partida foi o restabelecimento do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e sua vinculação à Agência Brasileira de Informação Nacional (Abin). As forças golpistas têm clara consciência de que o capitalismo atravessa uma crise turbulenta e que é inevitável o agravamento da luta de classes. Sob alguns pronunciamentos mansos de que a Constituição e as leis garantem o direito de manifestação, movimentou-se o aparato policial e militar voltado a impedir que o movimento de massa se fortaleça e que a classe operária tome a frente dos combates empunhando suas próprias reivindicações.

As manifestações de junho de 2013 marcaram a foga a situação política. Revelaram a gigantesca capacidade das massas coletivamente postas em movimento. No momento, a burguesia e a imprensa monopolista as viram como uma contestação ao governo de Dilma Rousseff, do PT, embora atingisse os governadores de todos os naipes. Recordemos que o Palácio do Governo, em Brasília, foi sitiado por uma multidão. No entanto, bastou o aparato policial para controlar a fúria dos manifestantes.

Temos que o golpe não serviu apenas para a troca de um governo por outro mais comprometido a impor as reformas. Tratava-se de reorganizar a centralização do Estado. Para isso, era preciso aumentar a presença e o poder dos militares no seio do governo e das instituições. Temer se identificou com esse objetivo, que certamente vinha sendo pleiteado pelas Forças Armadas.

Na greve da polícia do Espírito Santo, o governo estadual emitiu um

decreto transferindo para os militares a segurança. É comum que o governo federal intervenha nos casos de greves da polícia, principalmente com a Força de Segurança Nacional. Desta vez, porém, expressou a crescente influência dos militares no governo Temer.

O cerco policial à manifestação, em Brasília, previa um confronto e uma justificativa para a violência do Estado. A utilização de arma de fogo foi, certamente, prevista. Os policiais começaram o choque com as massas. A parcela que revidou e a ação dos Black Blocs não poderia romper o aparato policial. A justificativa de que a polícia do Distrito Federal se mostrou incapaz de conter os manifestantes e que por isso o governo se viu obrigado a emitir o decreto que determinou por uma semana o estado de exceção foi posta em dúvida pelo próprio governador Rodrigo Rollemberg (PSB). De fato, Temer atendeu à orientação do Gabinete de Segurança Institucional. Aproveitou-se do fato de Rodrigo Maia ter pedido reforço da Força de Segurança Nacional para apresentar as Forças Armadas como guardião do governo.

Não havia e não houve qualquer risco à governabilidade e ao Congresso Nacional. A manifestação dirigida pelas centrais rivais foi convocada inteiramente sob a orientação pacífica, cuja meta era tão somente a de pressionar os parlamentares a abrirem negociações sobre as reformas. A Força Sindical, lembremos, se aliou ao golpe, embora tivesse divergência interna. O deputado Paulinho, que participou ativamente em favor do impeachment, foi um dos promotores da manifestação e orientou a burocracia a ser dura com os Black Bocks.

Jungmann e Etchegoyen vieram no dia seguinte, 25 de maio, anunciar a revogação do decreto alegando que não havia mais perigo de segurança e de baderna. Mas alertaram que estão prontos para recorrer à mesma medida.

A intervenção das Forças Armadas contra uma manifestação de massa é sintomática. É distinta, embora siga o mesmo princípio da ditadura de classe da burguesia, da intervenção no caso da greve da polícia. Pode parecer puramente circunstancial, mas indica uma tendência interna à política burguesa e ao Estado.

As Forças Armadas permaneceram nos bastidores do golpe institucional, mas estiveram de acordo com a via e os meios para derrubar um governo constitucional. Foram avalistas do impeachment, tal qual o Supremo Tribunal Federal. Esses fatores de conjunto indicam que a derrubada do governo eleito pelo Congresso Nacional deu lugar a uma ditadura civil, cujas características dependeriam do desenvolvimento da crise política e da estabilização da governabilidade.

Não devemos circunscrever o decreto de Temer de 24 de maio a um episódio. Demonstramos a importância da intervenção das Forças Armadas no estado do Espírito Santo. Agregamos, agora, o tamanho do aparato policial utilizado para neutralizar a manifestação em Curitiba por ocasião do depoimento do ex-presidente Lula. Temos presenciado o recrudescimento da repressão aos movimentos.



A crise econômica vem sendo descarregada inteiramente sobre os explorados. É insuportável o desemprego de 14,2 milhões de trabalhadores e cerca de 26 milhões que vivem no subemprego. Basta essa situação para tornar a situação social e política explosiva. Mas a burguesia e seu governo não param por aí. Impõem um dos maiores retrocessos trabalhistas e previdenciários que temos conhecimento da história republicana do País. Há

uma ligação indissolúvel entre o impeachment, a constituição de um governo de exceção e a utilização das Forças Armadas para reprimir a manifestação em Brasília.

A desmoralização de Temer diante da população e as dificuldades do Congresso Nacional em sustentar o governo denunciado pela promotoria da União impossibilitaram a manutenção do decreto de Garantia da Lei e da Ordem. O recuo não deve impressionar. O essencial é que indicou uma tendência da burguesia e de seu Estado em endurecer contra as massas. O mais provável é que os militares se coloquem cada vez mais abertamente como seguro da governabilidade.

A questão é saber até onde a burocracia sindical retrocederá nas manifestações. Após a greve geral de 28 de abril, foi dado um fôlego ao governo e ao Congresso que aproveitaram para impulsionar o andamento das reformas. As revelações dos áudios dos irmãos Batista estacou o frenético processo. Temer armou uma reação. O Congresso retomou os encaminhamentos. Os choques dos manifestantes com a polícia e a intervenção das Forças Armadas não interromperam as votações. Os golpistas não deram a mínima importância ao protesto da oposição e sua retirada do plenário. A conduta dos governistas transpareceu as bases do golpe.

Congresso Nacional e governo Temer formam um todo. Tornaram-se órgãos de um poder do golpe. O Congresso não foi apenas um instrumento da derrubada do governo eleito, mas também, conseqüentemente, órgão de um governo ditatorial, cuja finalidade imediata foi a de impor às massas as reformas ditadas pelo capital financeiro e pelo imperialismo. Está aí por que o escândalo que atingiu Temer não resultou em uma ruptura, embora tenha abalado os partidos governistas.

A linha de separar as reformas da crise política passou a dirigir os defensores de Temer. É do interesse da burguesia e dos partidos golpistas, principalmente do PSDB e DEM, em aprovar as reformas.

Os acontecimentos de Brasília serviram à reação para acusar o movimento de baderneiros diante da população. É preciso que as centrais deem uma resposta rápida. Não basta denunciar o estado de exceção. É preciso retomar o caminho da greve geral. Essa é a principal arma que pode dar vitória à classe operária, aos demais explorados e à juventude oprimida.

Se o movimento não der esse passo urgentemente nesse sentido, as forças golpistas se recuperarão da hecatombe das denúncias. A saída de Temer não modificará a situação contrária às massas. O governo golpista não se resume ao presidente da República. O Congresso Nacional encarnou o golpe e, como dissemos, se tornou órgão de uma ditadura civil. Somente reorganizando a luta para uma nova greve geral poderá colocar a iniciativa política nas mãos da classe operária. Essa é a condição para derrotar as forças da reação burguesa e do processo antidemocrático que caracteriza a situação nacional.

Dilema das esquerdas diante da crise do regime político e do governo

As revelações de Joesley agravaram abruptamente a crise política. Desta vez, o envolvimento de Temer com a corrupção foi mostrado na relação direta com o dono da JBS, em conversa às ocultas, em 7 de março, no interior do Palácio Presidencial. A atuação do senador e presidente do PSDB Aécio Neves junto a JBS potenciou a bomba que explodiu bem no centro da política burguesa dominante.

O acontecimento de 17 de maio provocou um convulsivo corre-corre nas hostes governamentais e na oposição parlamentar encabeçada pelo PT. Choveram imediatamente pedidos de impeachment e declarações sobre a perda total de condições de governabilidade sob o “governo ilegítimo”. Sobretudo, foi içada a bandeira de eleições diretas, que estava a meio mastro desde a derrocada de Dilma Rousseff pelo impeachment.

As massas vinham percorrendo o caminho da luta desde as manifestações de 15 de março, que culminou com a greve geral de 28 de abril. Empunharam a bandeira de derrubada das reformas da previdência e trabalhista. As bandeiras de “Fora Temer” e “Eleições Diretas, Já!” não estiveram na base da luta e não conduziram o movimento. Para ser exato, o chamado de “Fora Temer” veio ao encontro das aspirações dos explorados que rechaçaram o presidente golpista pelo fato deste deixar claro, antes mesmo de se apossar do poder, que levaria adiante a lei da terceirização e imporá as reformas contrárias aos interesses da maioria oprimida. Mas quanto à bandeira de eleições presidenciais prevalece a desconfiança e o ceticismo.

As experiências com o PT, com suas mentiras e traições, calaram fundo nas camadas mais politizadas da classe média pobre e, principalmente, nas do proletariado. A exposição das relações do PT, PMDB, PSDB, DEM, PSB, PDT – da esquerda à direita burguesa – com poderosas corporações econômicas evidenciou o funcionamento real da política capitalista e da verdadeira função das eleições de constituírem governos contrários às necessidades mais elementares das massas. Essa experiência somente não tem sido mais benéfica para o movimento dos explorados e para a independência de classe do proletariado devido à ausência do partido revolucionário - marxista-leninista-trotskista - constituído em seu seio.

Temos insistido na importância de reconhecer a crise de direção do proletariado, que é internacional. Isso porque evidencia a contradição entre as condições de desintegração do capitalismo, que põem à luz dos acontecimentos a necessidade da revolução social, e o retrocesso histórico que desarmou o proletariado mundial das direções revolucionárias. Vivemos, no Brasil, essa brutal contradição, que, se não compreendida e evidenciada, empurra toda a vanguarda para o precipício do reformismo. Estamos diante desse processo.

Os explorados não se lançam contra o governo burguês, golpista e corrupto de Temer sob a estratégia própria de poder. Instintivamente, vão ao combate em defesa de suas vidas. Não aceitam as reformas capitalistas e pró-imperialistas. Revoltam-se diante das demissões em massa e do desemprego que se avoluma dia a dia. Chocam-se, portanto, com a burguesia e seu governo. Colocam-se

diante de um Congresso Nacional completamente divorciado da população. Estão diante de um regime político que se decompõe e de um governo desmoralizado em todos os aspectos. De conjunto, as condições permitem que a classe operária, os camponeses, as camadas pobres da classe média urbana e a juventude avancem na luta política contra seus exploradores e seus governos. Permitem visualizar por inteiro o inimigo e chegar até o imperialismo. No entanto, não podem ter esse alcance sem que seja por meio do programa e da estratégia própria de poder.

É imprescindível o partido revolucionário. Sem o programa, a estratégia e a tática própria guiando seus passos, os explorados acabam se colocando sob a influência das disputas interburguesas e das variantes políticas voltadas a resolver a crise do regime nos marcos do capitalismo. As bandeiras “Fora Temer” e “Eleições Diretas” (ou “Eleições Gerais”) são uma variante de solução para a quebra do governo desmoralizado de Temer. A outra é a da eleição indireta pelo Congresso Nacional. Isso no caso do governo morto for mantido em pé pelas forças burguesas empenhadas em ir até o fim com as reformas.

Assistimos a uma grande operação por meio das instituições do Estado e dos partidos da frente golpista para que a crise seja abafada e empurrada o máximo possível a frente. Caso nas próximas semanas não haja um desfecho, é bem possível que as duas variantes percam o ímpeto. No momento, os reformistas impulsionam a bandeira de diretas. Ao mesmo tempo, a alta cúpula dos partidos confabula sobre uma possível mudança de governo pela via do Congresso Nacional, o que inclui figuras importantes do PT. Ocorre que a maior probabilidade, no caso de Temer cair, não é a de convocação de eleições diretas. Essa via depende de a crise avançar ainda mais e de uma fração poderosa da burguesia necessitar da tal “legitimidade”. O mais provável, por enquanto, são as eleições indiretas, o que seria constitucional como dizem representantes dos golpistas.

O PT necessita das massas para ir adiante com a bandeira de Eleições Diretas e se reerguer como oposição burguesa. Não resta às esquerdas democratizantes que se reivindicam do socialismo senão manterem-se na traseira dos petistas, de aliados e de movimentos afins (MST, Frente Povo sem Medo, etc.). Em nome da rejeição à via indireta, fortalece-se a posição de avançar e consolidar a frente em torno do Fora Temer e das Eleições Diretas, o que resulta em se alinhar por trás do PT e aliados da Frente Brasil Popular.

Premidos pela crise e pelo PT que recupera terreno, tendo na dianteira sua burocracia sindical, os esquerdistas democratizantes se veem obrigados a dizerem que são por um governo dos trabalhadores e um poder socialista, mas que no momento não é possível defender a estratégia revolucionária. Recorrem ao velho argumento de que é hora de acumular forças defendendo o Fora Temer, Eleições Gerais, dissolução do Congresso Nacional. Assim, também se estaria lutando contra as contrarreformas.

Estamos diante da clara negação da defesa da estratégia própria de poder da classe operária e da promessa de sacá-la assim que chegar a situação revolucionária. Essa posição conclui se alinhando à

É dessa extraordinária crise da burguesia e da necessidade de se levantar contra seus ataques que emerge a estratégia de poder da classe operária. Objetivamente está colocada a luta dos explorados pelo poder próprio.

estratégia burguesa opositora do PT. A estratégia, que expressa o programa da revolução proletária, é um guia para a ação do partido em todas as situações, sem a qual se perde o norte da luta de classes. É obrigação dos marxistas educar a vanguarda e o proletariado e organizar suas lutas em torno da estratégia de poder.

A presente situação exige, em particular, uma ofensiva da vanguarda, no seio dos explorados, de exposição, explicação e defesa da estratégia. As massas estão diante da clara decomposição da democracia oligárquica burguesa e de seus reflexos no governo. Vivenciaram um golpe de Estado. Viram nascer uma ditadura civil voltada a impor as reformas exigidas pelo capital financeiro. E estão diante do governo que se desintegra no mar de lama. Passaram pela experiência do reformismo petista. E viram o quanto o PT se sujeitou aos interesses dos capitalistas.

É dessa extraordinária crise da burguesia e da necessidade de se levantar contra seus ataques que emerge a estratégia de poder da classe operária. Objetivamente está colocada a luta dos explorados pelo poder próprio. O obstáculo está na ausência de uma direção revolucionária organizada como uma fração do proletariado, capaz de libertá-lo da política burguesa em geral e do

reformismo em particular. Consideramos impostergável a defesa do governo operário e camponês e as tarefas de expropriação do capital monopolista e financeiro, bem como a da independência nacional perante a dominação imperialista.

Comprovamos que a bandeira das eleições serve ao reordenamento do poder da burguesia, abalado pela crise e pela rejeição dos explorados às reformas antinacional e antipopular. A defesa de um governo legítimo, ou seja, legitimamente eleito, não diz respeito à defesa de bandeiras democráticas que se chocam com a democracia em decomposição, mas sim à defesa de um novo governo que supostamente seja autorizado pelos explorados a implantar as reformas reacionárias. A posição que vincula a bandeira das eleições com a derrubada do governo e conseqüentemente das reformas falseia a estratégia e compromete as reivindicações dos explorados.

A greve geral indicou claramente que a classe operária e demais explorados se levantaram pelo fim das reformas. Por essa via, marcharam contra o governo golpista. É preciso continuar por onde os explorados combatem a burguesia e seu governo, desenvolvendo suas organizações de base, o programa e a estratégia de poder próprio.

A mesma burguesia agrária que compra políticos expande seus lucros às custas do sangue dos camponeses, indígenas e quilombolas

O terrorismo da burguesia no campo tem se revelado em vários massacres recentes. No dia 24 de abril, dez camponeses foram torturados e executados por policiais em Pau d'Arco, no Pará. A versão do confronto não se sustenta. Desta vez, a violência reacionária dos latifundiários, madeireiros e do agronegócio não foi executada por jagunços, mas pelas mãos do próprio aparato repressivo do Estado, a Polícia Militar. A mesma PM que há 21 anos, em 17 de abril de 1996, executou 21 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado de Carajás.

Um mês antes, foi em Colniza, Mato Grosso, que nove camponeses foram torturados e executados. Um deles foi degolado. No Maranhão, o caso dos índios Gamela ganhou repercussão pela barbárie, pois, além dos ferimentos provocados por facadas, houve até mesmo mãos decepadas. Em Vilhena (RO) e Santa Maria das Barreiras (PA), corpos carbonizados foram encontrados em automóveis, três em Rondônia e quatro no Pará.

Silvino Gouveia, do MST de Minas Gerais, foi executado em 24 de abril. O militante Etevaldo Soares Costa do MST do Pará foi martirizado em 2 de maio. Cortaram seus dedos, furaram seus olhos, suas pernas foram laceradas em quatro pedaços. Seu corpo despedaçado foi posto em um saco de lixo e jogado fora da fazenda.

Nem chegamos ao fim do primeiro semestre de 2017 e já temos 36 assassinatos no campo. Ao mesmo tempo em que a crise e o desemprego levam mais trabalhadores a buscar a sobrevivência no campo, a burguesia está em guerra declarada contra a vida dos oprimidos. Não admite que nada seja concedido a indígenas, quilombolas e camponeses e ainda quer retomar o pouco que foi conquistado. A maior parte dos conflitos ocorre nas áreas de expansão da fronteira agrícola. Mas há conflitos também envolvendo os projetos de hidrelétricas, energia eólica, obras de infraestrutura (rodoviárias, ferrovias, etc).

A violência no campo em 2016

Pelos dados da CPT, o ano de 2016 teve 1.079 ocorrências de

conflitos violentos por terra, o número mais elevado desde 1985, quando começaram os registros. Foram 61 assassinatos. O número de conflitos por água também é o maior desde que começou a ser contado em 2002. Foram mais de 44 mil famílias envolvidas em 172 conflitos contra a construção de barragens e açudes; a apropriação privada de recursos hídricos; a cobrança do uso da água no campo; e pela preservação das águas.

Se até 2009 eram os sem-terra as principais vítimas, agora são os posseiros, indígenas e comunidades tradicionais que mais são violentados. Reflexo do fim da política de assentamentos ocorrido sob o governo de Dilma; redução do número de acampamentos e ocupações de terra; assim como o estancamento do reconhecimento e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A livre caça aos que lutam pela terra tem a proteção do Estado burguês. Este Estado se forjou com base na opressão sobre as nacionalidades indígenas, no genocídio sistemático e na escravização dos negros. A colonização portuguesa forjou o latifúndio e a burguesia brasileira nasceu entrelaçada com as oligarquias agrárias. A Lei de Terras, de 1850, garantiu preventivamente que os negros escravizados não pudessem ter acesso à terra. Assim, mesmo com as mudanças políticas ao longo da história, o Estado em nosso país sempre manteve seu caráter oligárquico e destituído de soberania nacional.

O legislativo nas mãos dos ruralistas

Em 2015, nos atritos entre PT e PMDB que resultaram na eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, formaram-se as bancadas do boi, da bala e da bíblia, potenciando políticas abertamente reacionárias. No caso da Frente Parlamentar da Agropecuária, as pautas trocadas por apoio político envolviam o impedimento às demarcações de terras indígenas e quilombolas e benefícios como isenções fiscais. A revelação da podridão da JBS (e não estamos nos referindo à venda de carne estragada) que afirma ter comprado um terço dos deputados, revela o funcionamento do Estado burguês.

REFIS do Funrural

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) foi criado sob a ditadura militar, estendendo direitos previdenciários ao campo. Refere-se a uma alíquota de 2,3% sobre a comercialização de produtos como arroz, carne, feijão e laticínios comprados de produtor pessoa física. Para fugir de suas obrigações tributárias, os devedores protelavam o pagamento com liminares. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade da cobrança do Funrural, os capitalistas deveriam pagar uma dívida estimada em R\$ 10 bilhões. Com essa decisão, as liminares perdem efeito e o governo está autorizado a fazer a cobrança, mas pela forte presença dos ruralistas no Congresso e pela subserviência do governo Temer, em vez de cobrar, o governo se propõe a abrir mão de parte dos recursos.

O criador da UDR, Ronaldo Caiado (DEM-GO), conhecido organizador de milícias na década de 1980 contra os sem-terra, teve a desfaçatez de propor um perdão total das dívidas. Seu projeto estava tramitando em regime de urgência e já estava pronto para ser votado no Senado. Porém, em meio aos escândalos da JBS, teve de recuar, pois pegaria mal beneficiar estes reconhecidos delinquentes (em suas próprias palavras) com esta anistia. O governo, porém, costura um acordo há dois meses em torno do Funrural. No dia 24 de abril, enquanto Brasília ardia com os protestos e o exército foi chamado para garantir a ordem, Henrique Meireles tentava um acordo com os ruralistas, a ser transformado em uma Medida Provisória para criar um Refis para produtores. Apesar da redução da alíquota de 2,3% para 1,5%, os capitalistas do agro acham pouco, querem o cancelamento total de seus débitos previdenciários, isso em um momento em que o governo alardeia um “rombo” nas contas da previdência.

O crescimento exponencial da fortuna da JBS se deu em vínculo direto com o Estado, mostrando o caráter parasitário das oligarquias. Sob o pretexto de incentivar “multinacionais” brasileiras, o governo do PT e o BNDES garantiram mais de R\$5 bilhões em empréstimos para uma empresa marcada por inúmeros processos trabalhistas e por sonegação de impostos, e uma dívida que chegava a R\$10 bilhões. Mais do que isso, por meio do BNDESPar, o BNDES é dono de 21% da JBS. E há indícios que mais R\$10 bilhões teriam sido emprestados irregularmente pela Caixa Econômica Federal. Foi decisiva a atuação do atual Ministro da Fazenda, Henrique Meireles, homem de confiança do capital financeiro, no processo de internacionalização da JBS. De 2012 a 2016, Meireles presidiu o conselho consultivo da J&F, recebendo por isso R\$40 milhões por ano. Com o apoio do BNDES, a JBS passou de um faturamento de R\$ 4 bilhões em 2006 para R\$ 170 bilhões em 2016. Tornou-se a segunda maior empresa de alimentos do mundo, atrás apenas da Nestlé.

Apesar do cinismo de Caiado de suspender seu projeto de perdão às dívidas ao “descobrir” que a JBS seria beneficiada, seus atritos com a família Batista não são de hoje. Por trás das críticas está uma disputa pelo curral eleitoral de Goiás, onde Caiado pretende se candidatar a governador e, por isso, já vinha participando de articulações com o presidente do PMDB no estado, Íris Rezende, contra a candidatura de Júnior Friboi, filiado ao partido pelas mãos de Temer, em 2013, e ao movimento de crescimento na política estadual por meio da compra de bancadas.

A Frente Parlamentar da Agropecuária participou ativamente do golpe contra Dilma. Exige que o governo federal cesse qualquer repasse financeiro ao MST, como se vê na Reforma da reforma Agrária de Temer, e exige que o presidente contribua com a aprovação da PEC 215, que passa para o Congresso Nacional a decisão sobre

a demarcação de terras indígenas no Brasil. Além disso, o agronegócio encomendou vários artigos na reforma trabalhista e em seu desdobramento para o campo, exigindo o fim da remuneração das horas de deslocamento para locais de trabalho de difícil acesso e legalizando que parte do salário seja “paga” em comida e moradia.

Desnacionalização das terras e legalização da grilagem

Outro projeto de interesse dos ruralistas é o que permite a compra sem limites de terras por estrangeiros (PL 4952/12). Segundo o relator, ao eliminar o limite de até 100 mil hectares, para cada investidor estrangeiro, podem ser arrecadados 40 bilhões de dólares. O rei da soja e Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, defende o projeto, mas tentou criar um dispositivo que protegesse as regiões produtoras de soja, o que foi desconsiderado.

O objetivo é avançar nas fronteiras agrícolas, ou seja, adentrar em terras protegidas. Em 2015, já houve um crescimento de 20% da produção de soja da região conhecida como MATOPIBA (pois envolve territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Não há segredo, esta expansão não se dá sobre terras desocupadas. Tanto é que os conflitos por terra cresceram 300% na região entre 2015 e 2016.

Na mira da desnacionalização das terras está o Bioma Amazônico, com reservas legais em 80% do território. Para garantir a expansão da soja em Roraima, Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso contam com a intervenção federal no Incra, que deve se limitar à gestão de assentamentos em áreas já consolidadas e com o “Programa de Regularização Fundiária no Brasil: Terra Legal”.

A prioridade do PL 4952/12 envolve a regularização nas áreas para produção do agronegócio. O que afronta diretamente a permanência de camponeses, quilombolas e indígenas que vivem nestas terras. Mas os ruralistas não esperam a ação jurídica, já mutilam, torturam e matam camponeses, quilombolas, populações tradicionais, extrativistas e indígenas para expulsá-los das terras onde vivem. Segundo Cadastros Ambientais Rurais, podemos dar o exemplo do Pará e Mato Grosso, onde há 20 e 13 sobreposições, respectivamente, de fazendas do agronegócio e terras indígenas e quilombolas. Mesmo assim, as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente regularizaram estas áreas.

No dia 31 de maio, foi aprovada no Senado a MP 750, que regularização de terras da União ocupadas na Amazônia Legal e disciplina novos procedimentos para regularização fundiária urbana. Com isso, facilita a apropriação de terras públicas e legaliza a grilagem. Mesmo com a aprovação do código florestal que anistia a destruição da natureza, nem a determinação legal abrandada não é cumprida. As queimadas e desmatamento da Amazônia só crescem e são ataques diretos aos povos da floresta. Das áreas em disputa no país, 96% estão na Amazônia legal (que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão além dos estados do Norte). Não por acaso, 79% dos assassinatos ocorrem nesta região, assim como 57% dos conflitos.

Reforma da reforma agrária

O Congresso golpista pisa no acelerador e na reunião de 1º de junho impôs por meio de manobras a MP 759, a “reforma da reforma agrária”. Ante a queixa da oposição (PT, PCdoB, PSB e Rede) de que mais uma sessão era necessária, o presidente da casa Eunício Oliveira encerrou a sessão e a reabriu em seguida. Agora, o camponês comprará de forma parcelada a terra e passa a ter o título de propriedade, o que no cenário de dificuldades de crédito e condições para a produção, leva a que acabe vendendo-a, fortalecendo a concentração e desnacionalização. Pela nova lei que só falta ser sancionada pelo Planalto (de onde partiu, ditada pelo agronegócio), desmatadores e grileiros serão anistiados.

Outros ataques

Na publicação da CPT, mostra-se que a bancada ruralista tem 207 deputados. Em 2016, houve 40 novas ações legislativas (projetos, propostas e decretos) contra os camponeses, indígenas, quilombolas e extrativistas. O governo nomeia para altos cargos pessoas abertamente inimigas dos oprimidos do campo e das florestas. Estrangula financeiramente Funai, Incra, Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, tornando sua atuação ainda mais limitada. Há casos em que o judiciário muda na canetada a área de reintegração de posse, no seringal Capatará no Acre, a área passou de 2.000 para 7.000 hectares.

Criminalização

Mais do que impedir a sobrevivência ao bloquear o acesso à terra e deixar impunes os assassinos e torturadores, o Estado ainda criminaliza aqueles que lutam contra tanta violência. Aumentam as prisões preventivas, a exemplo de militantes de Goiás e Paraná acusados de formação de organização criminosa, nos termos da lei 12.850/2013. Outro mecanismo odioso de criminalização é a CPI do Incra e Funai, criada em 2016, que teve seu relatório aprovado em 30 de maio de 2017, recomendando a revisão da demarcação

de terras indígenas e quilombolas; o indiciamento de 90 pessoas (antropólogos, pesquisadores, lideranças indígenas, lideranças religiosas, defensores dos direitos dos povos originários, técnicos da Funai e do Incra). Há também vítimas de violência que são indiciadas judicialmente, como lideranças indígenas de Caarapó, MS, onde um índio foi assassinado e outros cinco foram feridos.

Ante a violência reacionária da burguesia, é necessário organizar a autodefesa dos camponeses, indígenas e quilombolas. Erguer os tribunais populares! Somente um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária poderá garantir as reivindicações dos camponeses, quilombolas e nações indígenas. A tarefa que resolve o problema da terra é a da expropriação dos latifúndios e nacionalização das terras. Tarefa essa que corresponde ao programa da revolução agrária, como parte da revolução social.

Pela expropriação sem indenização dos latifúndios e nacionalização das terras!

Que as terras sejam entregues a camponeses, indígenas e quilombolas.

Estatização sem indenização da agroindústria, controle operário da produção!

*Pela autodeterminação das nacionalidades indígenas!
Pelo Governo Operário e camponês!*

Reproduzimos aqui o artigo do Boletim Nossa Classe que está sendo distribuído nas fábricas do Distrito Industrial do Curado, em Recife.

As demissões reduzem o número de operários, sob o silêncio gritante das direções sindicais. A bronca se volta contra o sindicato. Alguns comemoram que Temer vai cortar o imposto sindical. Ao mesmo tempo, mostram o apoio à greve geral e a necessidade de parar tudo contra as “reformas” de Temer. Neste Boletim Nossa Classe denunciamos as burocracias e explicamos a diferença entre a direção e o sindicato.

Nossa Classe Pernambuco: Cadê o sindicato?

No dia 28 de abril, cerca de 40 milhões de trabalhadores pararam suas atividades. E na Rayovac? E na Unilever? O sindicato convocou assembleias democráticas para os operários discutirem a greve geral? Essa omissão não é de agora. Onde estavam os sindicatos quando as demissões começaram a se tornar rotina? Quando até mesmo os salários atrasaram?

O SindMetal é um sindicato filiado à CUT, quem passa pela sua página na internet vê que está muito mais empenhado em defender a candidatura de Lula do que em defender as reivindicações dos trabalhadores. O Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de cacau e balas é filiado à Força Sindical, criada pelos próprios patrões, denunciada até mesmo por ganhar dinheiro dos capitalistas para impedir e sabotar greves. Seu presidente é vereador pelo PRB, um partido da burguesia que participou do golpe que levou Temer à presidência.

Para que servem (ou deveriam servir) os sindicatos?

Os sindicatos são uma criação da classe operária. Foram criados com a função de proteger a vida, os empregos e salários dos trabalhadores contra a sanha exploradora dos patrões. Nossos direitos foram conquistados com o sangue dos operários, com as lutas sindicais.

Sabendo da importância deste instrumento, os patrões passaram a tentar controlar os sindicatos. Para isso contaram com dirigentes sindicais pelegos e traidores. Quando um sindicato é dirigido por uma burocracia, a pelegada faz de tudo pra se manter no cargo (e longe da produção), para isso impede que os trabalhadores decidam sobre a vida política da categoria e do sindicato. Quando tem assembleia, é manipulada. Não se permite a formação da oposição. Usam o dinheiro da categoria para fins particulares ou pra carreirismo político.

Os trabalhadores comentam que o sindicato faz a política dos patrões. Isso acontece quando repetem a conversa de que com a crise todos precisam se sacrificar e aceitam acordos com salários miseráveis e até mesmo demissões. Ou quando chamam a greve geral da boca para fora, sem organizar a classe para ir à luta. Outra política que tem a ver com a burguesia é fazer a gente acreditar que nossos problemas vão se resolver com as eleições. Já tivemos duras provas de que nenhum político ou patrão vai resolver nossos problemas. Temos de confiar em nossas próprias forças e métodos de luta.

Emprego não se negocia

Companheiros, a existência de 14 milhões de desempregados e vários trabalhadores na informalidade é uma brutal violência. Massacra as famílias trabalhadoras. **O primeiro mandamento dos sindicatos deveria ser defender o emprego.** Sabemos o que significa ficar sem trabalho. É a ruína e o desespero.

Combater as direções traidoras

A peleguice das direções leva o trabalhador a ficar indignado, vendo o sindicato só no desconto no contracheque. Mas companheiros, **é preciso diferenciar o sindicato e a direção.** Se a direção é pelega, vendida, faz corpo mole na campanha salarial, se cala diante das demissões, é preciso organizar uma oposição e retomar o sindicato como instrumento de luta. O sindicato, essa entidade histórica criada pelos próprios trabalhadores para se proteger da exploração, é uma conquista dos explorados, deve ser defendida e retomada.

É hora de exigir as assembleias, formar as comissões de fábrica, e construir uma verdadeira greve geral ainda mais forte e prolongada para por abaixo o governo golpista de Temer e suas reformas malditas!

Repetem as falcatruas do PT (Articulação) para continuar no comando da Apeoesp

O resultado já era esperado. A chapa 1, sob a direção do PT e PCdoB e com apoio da corrente O Trabalho, obteve 51,66 %. A chapa 3, Oposição Unificada, que reunia as correntes de esquerda, alcançou 36,65 %. O PCO, que nos últimos anos vem se colando ao PT, compareceu como chapa 2 e teve 8,63 %. Pela proporcionalidade da burocracia cutista, somente as chapas 1 e 3 comporão a direção do sindicato.

A Articulação, em meio à greve geral de 28 de abril e às manifestações contra o governo golpista de Temer e às reformas da previdência e trabalhista, marcou as eleições para 25 de maio. Os setores de oposição exigiram o adiamento das eleições e maior participação do sindicato nas lutas gerais contra o governo, particularmente na marcha a Brasília que se realizaria no dia 24 de maio. Mas não teve força para demover o plano da burocracia de encurtar o tempo de campanha eleitoral, impedindo que a chapa oposicionista tivesse condições de organizar a campanha em todo o estado.

A chapa 1 foi conformada pelos mesmos diretores que há anos dirigem a Apeoesp. A presidente da Chapa, Maria Izabel, pela terceira vez consecutiva, odiada pela maioria dos professores da capital, continuará no comando do sindicato por mais três anos. O PCdoB comparece como coadjuvante, não tem poder nenhum de decisão. A corrente O Trabalho apenas chama o voto na chapa do PT, aproveitando para tirar alguma migalha nas regionais dessa aliança com a burocracia. Referimo-nos às eleições do Conselho, que se realizam concomitantemente.

Para assegurar a vitória, a chapa do PT praticou todo tipo de manobra e fraude. Desde a comissão eleitoral, que referendou candidato que sequer era professor, até o controle absoluto das listas dos filiados, mesários, fiscais e trajetos das urnas volantes. Tudo era ditado pela comissão estadual eleitoral, um braço da burocracia. As evidências de falcatruas foram inúmeras: cédulas sem assinatura dos mesários, urnas recheadas de votos fraudados, etc. Sem nenhum escrúpulo, as urnas foram abertas e validadas. Sempre agiu assim. Certamente, utilizou uma dose maior para impedir que a chapa oposicionista ganhasse força, particularmente no interior.

O fundamental é que a chapa 1 foi eleita com menos votos que nas eleições passadas. Em 2014, conseguiu 54,9%. Agora, 51,66 %. O que significa que quase metade dos votantes rejeitou a chapa de Maria Izabel. O voto contrário só não foi maior porque o PCO ajudou a burocracia, combatendo duramente a chapa de oposição e poupando o quanto pôde a chapa do PT. Não por acaso, volta e meia era achincalhado pela vanguarda de “terceirizado”, durante a contagem dos votos na quadra dos bancários.

Para o PT e a CUT, era preciso manter a qualquer custo a chapa de Maria Izabel no comando do sindicato. Garantir a continuidade

na direção da Apeoesp é também garantir o uso deste importante aparato não para a luta em defesa dos professores, mas sim para a sustentação da política burguesa do PT.

A Chapa 1 venceu com os votos fraudados do interior

A maioria das urnas era do interior do estado. No interior, concentra-se a maior parte dos filiados, que pouco participa da vida do sindicato, das assembleias e das manifestações, realizadas na capital. Predominam a despolitização e as fortes aspirações da pequena burguesia. A burocracia explora ao máximo essa condição para combater as correntes de esquerda e a chapa oposicionista. Como vemos, a burocracia depende do conservadorismo do professorado, do uso do aparato do sindicato (toda sorte de recursos materiais) e da eliminação da democracia sindical para vencer as eleições.

A chapa 3 Oposição Unificada vence em várias cidades do interior e na capital

A Oposição unificada não teve um crescimento numérico. Se

somarmos os votos alcançados nas eleições passadas das chapas 2 e 4, teremos aproximadamente os 36% obtidos agora. O que é importante observar que a chapa 3 venceu na capital e na Grande São Paulo, como ocorreu em eleições passadas. O elemento novo é que ganhou em mais municípios ou se manteve, a exemplo de Bauru, Barretos, Atibaia, Avaré, Litoral Sul, Jaú, Caçapava, São Carlos, Sorocaba e outros.

Certamente, se as eleições fossem minimamente mais democráticas e houvesse maior politização por parte do professorado, a chapa oposicionista teria condições de derrotar a chapa de Maria Izabel.



Para o PT e a CUT, era preciso manter a qualquer custo a chapa de Maria Izabel no comando do sindicato. Garantir a continuidade na direção da Apeoesp é também garantir o uso deste importante aparato não para a luta em defesa dos professores, mas sim para a sustentação da política burguesa do PT.

O PCO, quinta coluna da chapa do PT

Depois de passar toda a campanha eleitoral achincalhando a chapa 3 e poupando a chapa do PT, o PCO recebeu uma recompensa. Terminada a apuração dos votos, Maria Izabel fez questão de chamar Antônio Carlos para discursar no encerramento. Fato esse tomado pelo PCO como um reconhecimento pela força da chapa 2 na luta “contra o golpe”.

O palavreado de PCO em torno das fraudes e do controle burocrático das eleições se esfumou quando do alto da tribuna Maria Izabel acolheu Antônio Carlos. Não por acaso, a chapa 2 foi tida como extensão da chapa 1. Serviu unicamente para deslocar uma parte dos professores oposicionistas, iludidos com os discursos inflamados do dirigente do PCO de crítica às eleições burocráticas e de ataques difamadores à Oposição Unificada.

O pequeno acréscimo de votos na chapa do PCO se deve à ajuda da burocracia petista, que lhe deu o número 2 (geralmente ligado à oposição) e a parcela de professores que votou como se

fosse na chapa de oposição. Não podemos esquecer que a maioria dos votos da chapa do PCO veio do interior, onde está o setor politicamente mais atrasado e controlado pela burocracia. O PCO, assim, apareceu como oposição consentida e como uma versão esquerdista do PT.

O PCO, nas eleições passadas, também dividiu a oposição e a combateu fortemente, sempre aproveitando da despolitização do professorado do interior.

Importância da chapa unitária da Oposição

Foi importante a unidade da oposição. Expressou um anseio do professorado que pedia a unidade para derrotar a chapa de Maria Izabel, principalmente diante das eleições passadas em que a oposição saiu dividida em duas chapas.

Apenas as restrições à democracia sindical (comissão eleitoral inteiramente sob o poder da burocracia, falta de listas de filiados por escola, mesários e fiscais escolhidos a dedo pela chapa 1, etc.) e a truculência no dia da eleição não explicam por si só o resultado da chapa 3. Vários foram os erros e não podemos deixar de dizer, porque precisam ser superados para que a Oposição avance na luta para pôr abaixo a direção burocrática da Apeoesp. Entre eles, destacamos: 1) a Oposição Unificada se comportou com traços burocráticos em várias regiões, esteve sob o comando das correntes maiores (PSOL, MAIS); 2) os materiais eram divulgados sem discussão de seu conteúdo pelas demais correntes que compuseram a chapa; 3) alegando pouco tempo de campanha, a Oposição não respondeu aos problemas estratégicos da educação e da situação política conturbada pelo golpe de Temer, o que permitiria contrapor às posições da burocracia

Rondônia

Tirania do prefeito de Porto Velho sobre os servidores municipais

O prefeito Hildon Chaves/PSDB, ao assumir a prefeitura de Porto Velho, vem atacando brutalmente os servidores do município por meio da retirada de direitos. O que tem aumentado o descontentamento entre os servidores. Como se não bastasse, tem perseguido e processado individualmente os trabalhadores da educação por terem criticado a conduta do prefeito na época da greve por retirar o quinquênio.

Enquanto ataca e persegue os servidores, nos postos de trabalho as condições são terríveis. Falta tudo, desde o papel higiênico até a água potável. O servidor é obrigado levar de casa para poder permanecer nos locais de trabalho.

Até agora, o prefeito não deu uma resposta à pauta de reivindicações dos trabalhadores de educação, que foi entregue em fevereiro. Sequer recebeu os representantes do sindicato. A data base é abril e o problema dos quinquênios se arrasta. Os servidores tiveram um ganho de causa, mas o prefeito quer surrupiar. É o jogo de empurra. De um lado, o prefeito mostra que a justiça está lhe amparando, de outro, os magistrados e demais burocratas dos Tribunais dizem que a culpa é do governante.

Na última assembleia na Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Semusp), no bate-boca com a vereadora Elis Regina/PCdoB, o prefeito ameaçou não pagar os quinquênios, que estão depositados na justiça desde a gestão anterior do prefeito Mauro Nazif (PSB). Isso na frente de centenas de trabalhadores espantados com as ameaças do prefeito.

Na tentativa de amedrontar os servidores e desencorajá-los, o prefeito atira para todos os lados ameaçando servidores com processos de pagamento de indenizações, por

petista; 4) compareceu, assim, como uma Oposição unificada circunstancial.

A Convenção da chapa 3 expressou bem essa unidade de momento. Não houve um real debate de posições. Acabou se resumindo à defesa formal do documento previamente acordado entre as maiores forças, de um lado, e das posições contrárias (das correntes minoritárias), de outro. Portanto, diferentemente de uma oposição que se coloca como direção revolucionária para o sindicato. O programa aprovado na Convenção foi o resultado de “consensos” e não de luta pelas ideias e de votação por maioria e minoria. Essa era a condição para que o PSOL estivesse na chapa unificada e não reproduzisse a divisão, como ocorreu na eleição passada.

A Corrente Proletária, que participou da Convenção defendendo o programa e atuou pela vitória da chapa da Oposição Unificada, insiste na importância da luta contra a burocracia por meio do programa, das reivindicações e do método da ação direta. Caso contrário, a unidade eleitoral, ao não expressar o programa e a tarefa de construir uma direção classista, acaba por ser apenas uma junção circunstancial de correntes, uma parte delas preocupada com os cargos na direção do sindicato. É preciso superar os erros e os traços burocráticos para que essa oposição se fortaleça como polo de combate à burocratização da Apeoesp e de defesa da democracia operária.

A pouca força da Corrente Proletária é um obstáculo na luta pela construção de uma fração revolucionária no sindicato. É necessário que a vanguarda combativa dos professores avalie corretamente as eleições da Apeoesp e se coloque pelo fortalecimento de uma oposição verdadeiramente de combate, que só pode estar assentada no programa de emancipação dos explorados, tendo como direção a classe operária e seu partido.

se sentir ofendido diante de intervenções de servidores em assembleias.

As arbitrariedades do prefeito não param aí. Age repressivamente contra os camelôs (vendedores ambulantes) da capital, que foram retirados das praças e das principais ruas e avenidas, e da frente das faculdades e escolas, em nome da limpeza e mobilidade urbana. Essa dura medida do prefeito fez com que os ambulantes perdessem o lugar fixo e passassem a perambular com as mercadorias para poder sobreviver. Essa conduta vem se espalhando para as cidades do interior, é a chamada política “higienista”. Tudo para favorecer os grandes comerciantes, que reclamam da presença dos camelôs nas ruas.

Como se vê, os governantes desfecham brutais medidas contra os servidores e contra a maioria explorada. Para enfrentar tamanha ofensiva, é preciso organizar e unificar os trabalhadores. O método para derrubar essas medidas só pode ser o da ação direta. Daí a importância dos sindicatos atuantes e classistas. É dever dos sindicatos convocar assembleias e aprovar a linha de enfrentamento a esses prefeitos, que não fazem senão reproduzir a política geral, que é a de cortes de recursos à educação, saúde, moradia. O prefeito só vai responder à pauta de reivindicações se o funcionalismo estiver organizado e decidido a paralisar o trabalho.

É necessário compreender que quanto mais a crise capitalista se aprofunda, maior é a necessidade de unir os trabalhadores das diversas categorias, seja do setor público, seja do setor privado contra o inimigo comum, patrões e governos capitalistas.

UEL: Delegados para o Congresso da UNE escolhidos na surdina

O Congresso da União Nacional dos Estudantes - CONUNE, irá acontecer entre os dias 14 a 18 de junho de 2017, em Belo Horizonte - MG. Esse é o espaço de onde as universidades de todo o País elegem delegados para disputar a direção da UNE. Estas eleições deveriam ser democráticas, com disputas de posições políticas sobre as condições de profunda precarização que a universidade pública sofre, os ataques privatistas que enfrenta, sobre a conjuntura política e econômica internacional e nacional. Mas, não é isso que ocorre.

Na Universidade Estadual de Londrina - UEL, a comissão eleitoral formada por militantes políticos do PT/Kizomba, PSol/Rua, Levante Popular da Juventude e também a UJS/PCdoB, vem configurando uma situação que se caracterizou por enganar e manipular os estudantes do processo eleitoral, para impedir que se credenciassem outras chapas.

Como de costume, o processo eleitoral dos delegados é tratado de modo quase clandestino, de modo que as correntes que controlam a UNE escolham livremente seus delegados quase que escondidos do conjunto.

Na UEL, o Diretório Central dos Estudantes - DCE, que tem a participação da Corrente Proletária na Educação, quando tentou encaminhar o processo eleitoral se defrontou com que já estavam funcionando – na moita – sete “comissões de dez”, artifício que serve para encaminhar as escolhas quando não existe o DCE.

O DCE convocou mais de duas reuniões para esclarecer e debater o tema com os estudantes. Nesse momento, brotaram as sete “comissões de dez”, todas à margem do DCE para organizar as eleições. Contudo, mesmo convocadas, nenhuma se manifestou, nenhuma foi até as reuniões, mesmo com ampla convocação.

Diante do boicote das correntes políticas, a direção do DCE convocou uma Assembleia Geral dos Estudantes e estendeu a convocação às sete “comissões de dez”, com o objetivo de eleger os delegados na assembleia o que caracterizaria a forma realmente democrática. Esta decisão foi tirada pelo Conselho de Centros Acadêmicos com a presença de um representante da UNE (comissão eleitoral da UNE). Ocorre que somente nesta assembleia que

Paraíba / Organizar o Comitê Estudantil de combate a Temer e às reformas

A caravana de estudantes que saiu de Campina Grande para ocupar Brasília, em 24 de maio, voltou com a consciência de que é necessário organizar a juventude no estado. Para isso, está convocando a primeira plenária geral da Paraíba, envolvendo estudantes do ensino básico, técnico e superior. O objetivo é articular um organismo frentista para unificar a ação da juventude nas manifestações contra Temer e as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista, mas também para impulsionar a luta e a organização estudantil em cada local de estudo. Nessa tarefa, o funcionamento

Paraíba - Formação Política

“100 anos da Revolução Russa: as lições da primeira experiência de governo Operário e Camponês”

No dia 29 de maio, realizou-se em Campina Grande uma atividade de formação política frisando as lições da Revolução Russa. Partimos da sinalização do processo de decomposição do capitalismo na sua fase imperialista, profundamente afundado numa crise econômica, com forte avanço das forças bélicas e com um considerável retorno da direita facistizante. Ademais, o recente golpe contra Dilma/PT, somado a toda decomposição do regime político burguês e à conjuntura internacional, evidenciou-se a crise de direção revolu-

cionária pela qual passa a humanidade, estando o proletariado de mãos atadas pela derrotada política reformista e conciliatória. Não havia o que fazer senão denunciar o golpe. Foi necessário que o DCE e outros centros acadêmicos presentes em reunião escrevessem um manifesto contrário a posição política antidemocrática destas correntes, inclusive ressaltando que não era a primeira vez em que isso ocorria. Na UEL, em 2015, um membro do PT convocou uma assembleia às escondidas do movimento estudantil em greve e junto com as mesmas correntes golpistas elegeram e enviaram delegados para o CONUNE.

Mais do que nunca se coloca como tarefa para o Movimento Estudantil retomar suas entidades das mãos destas correntes apodrecidas e integradas à política burguesa. A Corrente Proletária na Educação defende que o caminho para cumprir essa tarefa é a estruturação de um programa proletário para o Movimento Estudantil.

democrático deve operar, com ampla convocação e com espaço de votação para encaminhar o que a coletividade discutir.

A Corrente Proletária Estudantil reivindica que neste espaço se consolide um Comitê Estudantil, que reúna a juventude em torno das reivindicações (pautas de cada local de estudo e para por abaixo as reformas). Esse Comitê deve ser um espaço de frente de ação, mas também de discussão política para por em curso um movimento com independência de classe e com unidade com a classe operária e demais oprimidos.

A Rússia revolucionária possui particularidades. Para citar algumas delas, senão as principais, tomamos o fato de esta ser de economia capitalista atrasada, caracterizada pela forte presença da aristocracia; a pequena burguesia russa era impotente para fazer uma revolução burguesa aos moldes das demais revoluções europeias; a questão agrária era central: conservava um profundo atraso econô-

mico e, concomitantemente, reunia numericamente a maioria russa. Além disso, a Rússia exercia uma forte opressão sobre várias nacionalidades circunvizinhas e na conjuntura internacional, explodia a Primeira Guerra Mundial.

Essa condição sócio-econômica empurrava a sociedade russa contra a anacrônica monarquia aristocrática, mas o que a burguesia progressista reivindicava não passava de uma monarquia constitucional. O movimento das massas que derrubou o czar e a monarquia e que lutou pelo “pão, paz e terra” foi quem realizou a revolução, mas só pode ser consequente para chegar a este fim porque contou com a existência de um partido operário, o Partido Bolchevique.

Mas por que o Partido Bolchevique foi tão importante? O partido é uma organização consciente de classe. O Partido Bolchevique estudou profundamente a economia nacional e internacional. Estudou as experiências da classe operária europeia, sobretudo a Comuna de Paris, e interviu diretamente na luta de classe. Assim foi capaz de construir o programa proletário para a revolução na Rússia.

Um dos aspectos que esteve imbuído nesse processo foi a caracterização de Lênin a respeito da Guerra Mundial como uma guerra imperialista, de partilha do mundo, das semicolônias a serem exploradas pelas potências mundiais, na qual o proletariado se mataria mutuamente para definir qual potência levaria a maior parte do saque. A partir dessa caracterização, Lênin pode fundamentar a defesa da independência de classe do proletariado internacional frente a burguesia imperialista. Nisso, esteve implicada a necessidade do internacionalismo proletário. Um outro aspecto foi a compreensão de Lênin a respeito da autodeterminação das nações oprimidas pela Rússia e, com um destaque especial, sua compreensão sobre a questão agrária.

Uma das maiores lições da Revolução Russa foi o caráter que a revolução proletária assume em um país de economia desigual e combinada, a começar pela aliança operária e camponesa. Para o

POR LANÇA SEU LIVRO “CRÍTICA ÀS ESQUERDAS” NA USP

O lançamento se deu no último dia 31/05. A exposição inicial mostrou que o POR tem realizado um intenso trabalho de reunir sua rica elaboração programática desde sua origem nos livros que tem publicado nos últimos anos. Isto por que temos a compreensão de que a tarefa histórica de construir o partido revolucionário é insubstituível para a realização da revolução proletária, superação histórica do capitalismo pelo socialismo, isto é, coletivização dos meios de produção social. E que essa tarefa essencialmente é a construção do programa revolucionário. Concebemos o partido como programa, e não como aglomerado de gente ao redor de amizade, reivindicações, declarações conjunturais, amálgamas de colocações políticas opostas, comitês eleitorais etc.

Tomamos como base os ensinamentos da luta do proletariado internacional, concentrados nas ideias do socialismo científico (assimilação teórica da rica experiência revolucionária da classe operária), traduzidas na prática pela revolução russa e nas resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista de Lênin Trotsky, e na luta sem trégua da Oposição de Esquerda e depois da IV Internacional em defesa do programa contra a deformação estalinista. Mas esses ensinamentos, constituintes do programa, devem servir de base para que se os aplique na realidade em que se vive, tirando as lições da interrelação dialética entre a teoria e a prática revolucionárias, e formulando as tarefas que correspondem ao que se pretende transformar revolucionariamente.

É parte desse trabalho a luta crítica contra as correntes e partidos que se dizem socialistas ou dos trabalhadores, mas que formulam posições que afastam os explorados do caminho de sua emancipação e os mantêm sob as trilhas traçadas pelos exploradores, seus políticos, governos, partidos e instituições. Sem provar que esses não

marxismo, a classe operária, pelo lugar que ocupa na produção, é a classe revolucionária. Mas, em países de capitalismo atrasado, a presença do campesinato e sua luta pela terra precisam ser incorporadas ao programa de transformação. A distribuição da terra entre os camponeses é uma tarefa democrática burguesa pendente que não vai mais ser cumprida pela burguesia reacionária. A experiência russa demonstrou que se tornou tarefa do Estado operário a realização dessas reivindicações pendentes. Assim, pela composição social das semicolônias e pelas tarefas históricas que envolvem os camponeses se faz necessário uma aliança sob a política operária que é revolucionária. Cumprem-se, então, duas lições subsequentes: a necessidade de um governo operário e camponês nas semicolônias e a necessidade de realizar as tarefas pendentes das revoluções burguesas.

O Partido Bolchevique foi o instrumento para dirigir as massas em torno da teoria marxista da política da classe operária. Essa vitória do proletariado mundial foi abortada após a morte de Lênin pelo estalinismo contrarrevolucionário. Além de toda a burocratização que o estalinismo potencializou, foi responsável pelo golpe fatal ao internacionalismo proletário quando falsificou as teses marxistas-leninistas e as substituiu pela tese do “socialismo em um só país”. O socialismo, assim como um capitalismo, é um sistema econômico que só pode progredir a nível mundial. Uma semicolônia pode realizar uma revolução, mas seu passo ao socialismo, o desenvolvimento das forças produtivas por hora barrado pela economia capitalista, depende do desenvolvimento das forças produtivas a nível internacional.

Hoje, a crise de direção revolucionária da qual padece a humanidade significa a ausência de um partido bolchevique no seio das massas. Significa a ausência de um programa que dirija as massas em luta em torno da estratégia de poder próprio, com independência de classe e sem ilusões nas políticas democratizantes das esquerdas reformistas. Significa por fim, a ausência do partido mundial da classe operária, a IV Internacional.

servem para a revolução, não é possível erguer um autêntico partido programa revolucionário, capaz de liderar as massas para a tomada do poder e construção do socialismo, que começa nas fronteiras nacionais e se projeta internacionalmente.

O livro de crítica às esquerdas tem uma unidade com o livro “Ascenso e queda do PT”, que lançamos anteriormente. Registram a ausência de nossa trajetória crítica e luta pela construção de um partido revolucionário sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A maior parte dos textos se volta ao PSTU por este ser a maior corrente e que melhor expressa o centrismo em nosso país. Centrismo que se verifica nas oscilações políticas entre o sectarismo e o oportunismo, que disfarça uma política oportunista com palavreado aparentemente revolucionário, e que ilude uma boa parte da vanguarda, deslocando-a para posições eleitoralistas e antimarxistas em vários aspectos.

Durante o debate, questionou-se o que seria o morenismo, no Brasil plenamente encarnado pelo PSTU. O nome deriva do militante argentino Nahuel Moreno, fundador do Movimento ao Socialismo (MAS), partido que agrupou milhares de militantes, e que expressava politicamente as teses revisionistas que renunciam à revolução proletária (“outubros”) e que impulsionam as revoluções democráticas dirigidas pelo reformismo/nacionalismo (chamadas de “fevereiros”), a serem efetivadas por meio de uma frente classista, que unisse a luta às urnas e traçasse a via eleitoral de constituição de um governo dos trabalhadores. Verificou-se como essas teses negam o marxismo e suas relações com as posições políticas atuais do PSTU.

A atividade concluiu com a distribuição de cartazes e convites do próximo encontro de formação política permanente na USP, que se realizará no próximo dia 7/06 com o estudo do Manifesto Comunista.

Nesta edição:

- Bolívia: A lei que cria empresas sociais
- CERQUI: 8 anos do falecimento de Guillermo Lora – O Fundamental da Quarta Internacional (Guillermo Lora).

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

A lei que cria empresas sociais

A resposta para o fechamento de fábrica deve ser: ocupação da fábrica para exigir sua expropriação sem indenização por parte do Estado, sob o controle operário coletivo dos trabalhadores

Diante da proposta do Ministério do Trabalho de complementar a lei vigente sobre a criação de empresas sociais para incluir as empresas privadas que se declarem falidas possam ser transformadas em empresas sociais, os empresários reagiram gritando que isto é expropriação. Protestam principalmente porque o projeto aponta que se ocorrer o atraso por três meses dos salários, aportes à previdência, contribuições assistenciais ou diminuição das atividades produtivas, os trabalhadores terão o direito de exigir que esta empresa passe às mãos dos trabalhadores mediante um processo legal.

Evo saiu imediatamente em defesa dos empresários e determinou que o Congresso paralise a tramitação da norma. “Não podemos expropriar os empresários”, disse Evo, “devemos garantir a segurança jurídica”. Disse ainda que devemos dar milhões de dólares dos fundos de pensões dos trabalhadores para ajudar os empresários a pagarem as suas contas. Aí está um impostor socialista dando dinheiro aos capitalistas e defendendo a propriedade deles.

A direção fabril nacional masista protesta porque o governo não aprovou esta nova Lei de criação de empresas sociais que complementava o já existente Decreto Supremo 1754, de outubro de 2013. Este decreto se converteu em um caminho legal e burocrático pelo qual os trabalhadores podiam solicitar a criação de empresas sociais naquelas indústrias que declararam falência. Esta Lei surgiu como um mecanismo de levar ao procedimento legal o que os trabalhadores já executavam na prática, ou seja, tomar aquelas indústrias declaradas falidas ou abandonadas para fazê-las produzir e assim preservar o direito ao trabalho. Portanto, a Lei buscava criar uma camisa de força legal que contenha os trabalhadores que praticam suas medidas práticas, para introduzir a legalidade burguesa. Assim, a norma atual coloca uma série de travas que tornam difícil que os trabalhadores possam criar as empresas sociais legalmente. Por exemplo: o processo de constituição destas empresas leva

(...) a Lei buscava criar uma camisa de força legal que contenha os trabalhadores que praticam suas medidas práticas, para introduzir a legalidade burguesa. Assim, a norma atual coloca uma série de travas que tornam difícil que os trabalhadores possam criar as empresas sociais legalmente.

anos; os trabalhadores que criam estas empresas sociais herdam as dívidas deixadas pelos patrões com os bancos, governo, serviços básicos, contribuições previdenciárias e assistenciais, etc. Por outro lado, os próprios trabalhadores devem buscar mercado para os seus produtos, acesso à matérias-primas, etc. Assim sendo, é muito difícil criar as empresas sociais e aquelas que conseguem se constituir legalmente tendem a quebrar ou a definir porque os empresários se encarregam de sabotar o seu trabalho em cumplicidade com o governo.

Os trabalhadores daquelas indústrias que se declaram falidas, para poder defender os seus postos de trabalho, não têm outra saída senão ocupar as indústrias e imediatamente exigir a sua expropriação, sem indenização, por parte do Estado, ou seja, que se nacionalizem sob o controle operário coletivo e que o Estado em vez de entregar o dinheiro das aposentadorias aos empresários, que coloque dinheiro para manter as empresas tomadas pelos trabalhadores.

Neste cenário de crise econômica, que ainda está longe de acabar, aumentam as declarações de falência fraudulenta dos empresários, o fechamento de fábricas para logo reabrir, o abandono dos patrões para não pagar suas dívidas, etc. Assim fizeram em Punto Blanco, Evacruz, Telares Santa Cruz, Polar, etc. e em resposta a isto também ocorreram ocupações de fábricas por parte dos operários, como ocorreu em Punto Blanco, Polar e outras indústrias. A perspectiva deve ser da luta dos operários, tomar toda fábrica que se declare falida, fechada ou que atrase os salários e exigir a sua expropriação sem indenização pelo Estado, sob o controle operário coletivo.

Se o Estado burguês e seu governo se negam a garantir emprego aos trabalhadores defendendo o direito de exploração do trabalho pelos capitalistas, então os trabalhadores devem levantar as suas próprias bandeiras, as bandeiras do verdadeiro socialismo, da construção de um Estado operário com um governo operário e camponês, pela via da revolução proletária.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2494, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

8 anos do falecimento de Guillermo Lora

No *Jornal Massas* 542, publicamos a primeira parte do artigo de Guillermo Lora “Tarefa Fundamental: reconstrução da IV Internacional. Dedicamos a homenagem de 8 anos de falecimento do trotskista boliviano. Traduzimos, agora, a segunda parte desse artigo:

O Fundamental da Quarta Internacional.

Guillermo Lora

O Partido Mundial da Revolução Socialista, que é a IV Internacional, tem de ser um partido único e centralizado em escala mundial. Os partidos nacionais - por exemplo, o POR da Bolívia - são suas seções nacionais.

Seu fundamento organizativo é o centralismo democrático, que implica a mais ampla democracia interna, discussão no marco programático e inclusive o direito de constituir frações. Isso no plano interno, porque diante das massas é preciso se apresentar com uma só linha política. A disciplina deve ser entendida como severa observação do programa e do centralismo democrático.

Se a Internacional atua como partido único quer dizer que sua linha política - incluindo o fundamental da estratégia das seções nacionais - deve ser discutida e elaborada coletivamente. Implica que a IV Internacional deve assimilar autocriticamente todas as aquisições das seções, que devem ser generalizadas. Os trotskistas bolivianos estão vivamente interessados em que seus camaradas de todas as latitudes assimilem criticamente sua experiência e assim possam elevar sua politização. Para atingir esses objetivos, é preciso garantir o direito à crítica não somente a todas as seções, mas inclusive aos militantes individualmente considerados.

Essa posição permite que se realize um severo balanço autocrítico de toda experiência da IV Internacional até hoje e em nível internacional, que certamente está marcada por desvios e equívocos.

Os trotskistas bolivianos não ocultam seu assombro diante do fato de a IV Internacional não ter assimilado suas importantes conquistas e tampouco assinalar, mostrar, as raízes de seus numerosos erros, o que permitiria não os repetir na atualidade e no futuro.

Os esquerdistas entrincheirados em diversas e contrapostas frações mostram à luz dos acontecimentos o quanto de influência teve sobre eles o estalinismo, que tão cinicamente se esforçou por capitalizar a seu favor o prestígio e a transcendência da Revolução de Outubro. Uma das consequências disto tem sido o fato da queda estrondosa da burocracia do Kremlin arrastar atrás de si as diversas correntes pretensiosamente esquerdistas. Este fenômeno também ocorreu na Bolívia e confirma o fenômeno de que os líderes da esquerda acabaram se colocando por detrás da socialdemocracia ou dos setores burgueses empenhados em fa-



Sabemos perfeitamente que, se não pusermos em pé agora a IV Internacional (...) não é possível materializar a revolução social, ainda que fosse desencadeada como resultado do impulso instintivo das massas não concluiria em vitória e na ditadura do proletariado. Neste caso, se daria o fenômeno surpreendente de que nós, pretenciosos bolcheviques, contribuiríamos para que a humanidade seja empurrada para a barbárie do capitalismo em desintegração.

zer demagogia com suas colocações sobre “o neoliberalismo com conteúdo social”. Desta maneira, no cenário revolucionário não permanece em pé senão o trotskismo empunhando a bandeira da revolução social e da ditadura do proletariado.

Quando dizemos que chegou o momento de reconstruir a IV Internacional, estamos assinalando que é a necessidade histórica que obriga a classe revolucionária de nossa época a materializar a revolução social e a ditadura do proletariado. A IV Internacional deve decididamente levantar como sua finalidade estratégica aquela que corresponde aos operários dos diferentes países do mundo: “proletários do mundo, uni-vos!”.

Sabemos perfeitamente que, se não pusermos em pé agora a IV Internacional - reiteramos que se trata do Partido Mundial estruturado em torno da finalidade estratégica do proletariado - não é possível materializar a revolução social, ainda que fosse desencadeada como resultado do impulso instintivo das massas não concluiria em vitória e na ditadura do proletariado. Neste caso, se daria o fenômeno surpreendente de que nós, pretenciosos bolcheviques, contribuiríamos para que a humanidade seja empurrada para a barbárie do capitalismo em desintegração.

Os marxista-leninista-trotskistas não temos nada de acadêmicos ou de intelectuais profissionais. Somos sobretudo revolucionários que entregam suas vidas à tarefa para acabar com a ordem social capitalista. É claro

que nos rebelamos contra o ordenamento jurídico imperante com a ajuda da violência revolucionária, contra o governo da classe dominante, contra a sociedade capitalista em decomposição. Por isso mesmo, nosso partido a IV Internacional, não pode senão se organizar para desenvolver, ao mesmo tempo, atividades legais e clandestinas. Nossos métodos de luta são próprios da revolução proletária, isto é, da ação direta das massas, cujo conteúdo é a violência revolucionária exercida pelas próprias massas oprimidas e exploradas. Somente ali onde imperam as ilusões democráticas é nossa obrigação utilizar o Parlamento - mas subordinado à ação direta - e trabalhar pelo seu esgotamento, única maneira de contribuir para que os explorados e oprimidos empunhem os fuzis, que correspondem à insurreição, único caminho que conduz à tomada do poder político”.

(Extraído das *Obras Completas*, Guillermo Lora, tomo LXV, 1997-2001)

Assimilando o leninismo

Lênin estrategista

No Jornal Massas 542, concluímos nossa exposição sobre as principais posições de Lênin expressas nas Cartas de Longe. Estes escritos se chocaram frontalmente com a linha que a direção dos bolcheviques vinha desenvolvendo em torno da revolução democrático-burguesa de fevereiro. Considerava que a derrubada da monarquia e a constituição do novo governo deveriam ser consolidadas, de forma que entendia que a revolução burguesa ainda não havia sido concluída. Separava a revolução em duas etapas distintas, sendo que a primeira estava em pleno vigor, o que impunha a conclusão de que o governo provisório deveria ser defendido contra as ameaças da contrarrevolução. Acreditava que o governo burguês expressava determinados interesses do proletariado e dos camponeses. Enquanto esses interesses permanecessem, era preciso em alguma medida apoiar o governo. Essa cegueira colocava a direção dos bolcheviques no campo do defensismo revolucionário, ou seja, de apoio à política de guerra do governo. Evidentemente, havia posições internas contrárias a essa linha, no momento expressa principalmente por Molotov. Kamenev encarnava as posições de apoio ao governo burguês de Miliukov e Guchkov. As Cartas de Longe foram rejeitadas e engavetadas pela direção do partido. Apenas a primeira foi publicada no Pravda de 21 de março de 1917, mesmo assim amputada.

Como relatamos anteriormente, a 5ª Carta ficou incompleta e no fragmento Lênin indicava a intenção de desenvolver algumas de suas teses fundamentais. O que de fato ocorrerá já no início de abril, quando chegou à Rússia. O documento “As tarefas do proletariado na atual revolução” acabou se popularizando como Teses de Abril. Lênin na introdução avalia que sua preparação foi insuficiente. Assim que chegou a Petrogrado, as apresentou em 4 de abril, primeiramente para os bolcheviques e depois em uma reunião com bolcheviques e mencheviques. De fato, as Teses de Abril são sintetizadas em 10 pontos. Servirão para “Cartas sobre tática”, escritas em 8 de abril. E, em seguida, Lênin apresentou um “Projeto de plataforma do partido proletário”, escrito em 10 de abril, que constitui uma revisão programática. Intitula de “Tarefas do proletariado em nossa revolução”.

Nas Teses de Abril, retoma as principais formulações das Cartas de Longe e faz novas considerações sobre o caráter da revolução. Em essência, define a situação como de esgotamento da primeira etapa da revolução e a passagem para a segunda

etapa, cuja tarefa estratégica é a de conquistar o poder do Estado pelos soviets de operários, camponeses e soldados. É o que consta na tese 2. Essa caracterização traz como tarefa urgente superar a condição minoritária dos bolcheviques nos soviets. Haveria de desenvolver, sobre a base das experiências das massas, a linha do bolchevismo. Lênin acentua a importância de convencer os explorados em luta, por meio da explicação e do exemplo baseado nas necessidades práticas, sobre a estratégia de poder dos bolcheviques. Na tese 5, estabelece que a revolução que se aproxima dará lugar a uma “república dos soviets de deputados operários, peões rurais e camponeses”. Na tese 6, responde à questão camponesa, com o programa de confisco de todas as terras dos latifundiários e nacionalização.



Em essência, define a situação como de esgotamento da primeira etapa da revolução e a passagem para a segunda etapa, cuja tarefa estratégica é a de conquistar o poder do Estado pelos soviets de operários, camponeses e soldados. É o que consta na tese 2. Essa caracterização traz como tarefa urgente superar a condição minoritária dos bolcheviques nos soviets.

Na tese 7, coloca a tarefa de fundir os bancos em um único banco nacional, colocado sob o controle dos soviets de deputados operários. Na tese 8, refere-se ao socialismo. Para Lênin, a revolução proletária não começaria imediatamente pelas tarefas socialistas, mas sim por resolver as tarefas democráticas que permitiriam avançar no sentido da “produção social e distribuição de produtos sob o controle dos soviets de deputados operários”. Esse ponto em particular terá todo um desenvolvimento após a Revolução de Outubro. As duas últimas teses apenas anunciam tarefas quanto ao partido e à Internacional. Era urgente ajustar o programa por meio de um Congresso e modificar o nome do partido. Neste particular, há uma avaliação

subjacente de que a socialdemocracia havia se adaptado e apodrecido no capitalismo e que era preciso passar a se denominar de partido comunista. Na tese 9, consta apenas mudar o nome do partido. Quanto ao internacionalismo, estava colocada a criação de uma nova Internacional. Também nesse caso, é anunciada de passagem e de forma geral. Mas à frente, Lênin a nomeará como III Internacional.

Nota-se que as Teses de Abril, como reconhece o próprio Lênin, foi escrita às pressas, provavelmente durante a viagem de volta a Rússia, e por isso a questão das tarefas do partido e da Internacional são apenas anunciados. Pontos esses que não apareceram nas Cartas de Longe.

O desenvolvimento das Teses de Abril será feito imediatamente no projeto de plataforma “As tarefas do proletariado em nossa revolução”.